

**Partido Pátria Livre**

**I SEMINÁRIO NACIONAL  
DE FORMAÇÃO POLÍTICA**

**Eleições Municipais 2016**

**Fundação Instituto Claudio Campos**

# **I SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA**

**Eleições Municipais 2016**

Contribuição para as campanhas dos candidatos  
a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores

Promoção:

**Partido Pátria Livre e  
Fundação Instituto Claudio Campos**

Realização:

**Diretório Estadual do PPL do Rio de Janeiro.**

Colaboração e participação:

**Diretórios Estaduais do PPL de  
São Paulo, Rio Grande do Sul,  
Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Sergipe,  
Minas Gerais, Brasília, Piauí, Pará e Amapá.**

Temas e palestras – Coordenação:

**Vivaldo Barbosa**

**Organização e coordenação editorial**

Rosanita Campos

**Projeto gráfico, capa e diagramação**

Richard Veiga

**Edição e Revisão**

Página 8 Comunicação

*[www.pagina8.com.br](http://www.pagina8.com.br)*

*[contato@pagina8.com.br](mailto:contato@pagina8.com.br)*

Todos os direitos reservados à:

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CLAUDIO CAMPOS**

Presidente: Nilson Araújo de Souza

São Paulo – 2016

# Índice

<b>Abertura.</b> Unir a questão nacional com as questões municipais. . . . .	5
<b>1.</b> Introdução . . . . .	9
<b>2.</b> O Desenvolvimento Nacional como base para o desenvolvimento local . . . . .	12
<b>3.</b> A questão urbana, o uso e a ocupação do solo e a política habitacional . . . . .	24
<b>4.</b> A Saúde e o Município – o SUS. . . . .	29
<b>5.</b> Transporte . . . . .	42
• A experiência na Secretaria dos Transportes em Maricá. . . . .	47
<b>6.</b> Educação, Cultura, Juventude . . . . .	57
<b>7.</b> Algumas Propostas . . . . .	62
<b>Anexo I.</b> Prestação de contas das campanhas. . . . .	75
<b>Anexo II.</b> Campanha nas Redes Sociais . . . . .	76
<b>Anexo III.</b> Documentos importantes que os candidatos devem ter em mãos. . . . .	77
<b>Anexo IV.</b> As campanhas eleitorais e a democracia . . . . .	79
<b>Anexo V.</b> Plebiscito Já! Novas Eleições. . . . .	85

Abertura

## Unir a questão nacional com as questões municipais

*Professor Nilson Araújo de Souza*

Presidente da Fundação Instituto Claudio Campos  
Secretário de Formação Política do Partido Pátria Livre

Primeiro, eu gostaria de agradecer a Rosanita pelo trabalho incansável e insubstituível que ela vem realizando à frente da Fundação para a organização dos seminários no Brasil inteiro.

Quero agradecer e homenagear o Vivaldo por ter idealizado o primeiro seminário para extrair propostas para os nossos candidatos tanto a vereador como a prefeito nas eleições municipais. Vivaldo, nosso deputado Constituinte, primeiro vice-presidente do Partido Pátria Livre, tem um papel muito importante nesse processo na medida em que tem uma vasta experiência eleitoral e deu a ideia inicial de formular propostas para os candidatos do PPL; além de ter ajudado muito na organização dos trabalhos aqui no Rio de Janeiro, pelo que o cumprimento e agradeço.

O nosso partido tem um grande desafio. Numa eleição municipal para um partido como o nosso que tem compromisso com o povo, que tem compromisso com os trabalhadores,

o grande desafio é relacionar com as demandas nacionais as propostas principais a serem defendidas no pleito local.

Existem dois tipos de problemas aí. Existem partidos que se propõem a transformar o Brasil só com as questões nacionais e esquecem as questões municipais, e existem partidos que esquecem as questões nacionais e só levam em conta as questões locais.

Precisamos sintetizar essas duas coisas. É fundamental que o nosso candidato a vereador e a prefeito no momento em que vá às ruas, conversando com o povo, ao mesmo tempo em que leva a linha nacional vá também apresentando as propostas que atendam às demandas municipais.

Esse é o grande desafio, e se não fizermos isso bem não usaremos as eleições municipais para ajudar a mudar o Brasil. Não podemos tratar a eleição municipal como se fosse apenas um problema do município, pois é impossível resolver o problema do município sem resolver o problema nacional. Você pode até resolver várias questões municipais de maneira superficial sem resolver o problema nacional, mas os problemas levantados nos municípios que têm a ver com emprego, educação, saúde, habitação, isso não se resolve se não se resolver as questões nacionais.

Só para dar o exemplo: com a taxa de juros alta como tem o Brasil hoje, a União tem menos recursos disponíveis porque tem que pagar esses juros, daí tem menos recursos para mandar aos municípios, o município se endivida e tem menos recursos para saúde, educação, etc. Se não baixa o juros, o município também fica estrangulado. Ou seja, uma questão fundamental a nível nacional como a questão dos juros tem a ver com a vida do município e a vida das pessoas.

No momento atual, estamos vivendo a maior retração econômica da história do Brasil. Já houve crises profundas, mas ir

para o terceiro ano, como nós estamos indo, com a economia caindo – porque em 2014 a economia não caiu mas também não cresceu, 2015 caiu 3,8%, esse ano a tendência é cair na mesma proporção – é a primeira vez que ocorre. Nós já tivemos recessões grandes, no período do Collor, Figueiredo, na década de 1930, mas continuamente assim é a primeira vez.

No momento em que nós temos mais de 11 milhões de desempregados, sendo que 3,2 milhões só nesse segundo mandato da Dilma, levando a um enorme descontentamento popular; no momento em que Dilma é afastada temporariamente da presidência, os candidatos fazerem campanhas municipais sem tratar de problemas como esse vai parecer estar fora da realidade.

E quanto ao Temer, que entrou no lugar da Dilma, apesar de estar denunciando a situação econômica que herdou, o remédio que propõe não é remédio, é veneno e veneno do brabo, que consiste em agravar as coisas erradas que a Dilma já vinha fazendo. O interino não falou nada de diminuir a taxa de juros, mas falou que vai diminuir gasto público, falou que vai reduzir direitos, não com essas palavras, mas disse que vai “flexibilizar a legislação trabalhista e previdenciária”, o que significa na prática tirar direitos e salários dos trabalhadores, atentar contra a previdência.

Temer vai também realizar uma maior abertura da economia para produtos estrangeiros e cortar gastos nas áreas de saúde e educação; diz que vai compartilhar áreas públicas com a iniciativa privada, mas isso significa entregar setores públicos para a iniciativa privada, para grupos estrangeiros, avançar na privatização. Então isso é um veneno para essa situação de crise que o país está. E assim o país não vai sair da crise.

Então, temos que tirar o Temer, promover eleições gerais e passar o Brasil a limpo. Aqueles que acham que apenas tirar a

Dilma resolve os problemas do país e tirar o país da crise estão iludidos; não resolve, porque aquele que assumiu no lugar dela esteve sempre junto com ela, tem uma postura semelhante à dela e em alguns momentos uma postura até mais radical que a dela do ponto de vista da aplicação da política neoliberal. Então temos que tirar ele também e a maneira de fazer isso é através de um plebiscito convocando o povo a decidir se quer ou não novas eleições, se quer ou não escolher um novo presidente e um vice, ou eleições gerais, não só para presidente da república, mas para tudo, inclusive para o Congresso, passar o Brasil a limpo. O nosso partido tem o compromisso de trabalhar nessa direção.

Questões como essas não podem estar fora da campanha eleitoral, questões que têm a ver com a linha nacional devem estar integradas, têm que se fundir com as questões municipais; não são duas coisas separadas, são duas coisas que se fundem, que devemos sintetizar. É impossível pensar o município sem pensar a nação e o inverso também é verdadeiro, então temos que integrar os dois níveis na campanha eleitoral.

Hoje estamos fazendo esse primeiro encontro para sintetizar propostas e depois faremos isso também em cada estado e em cada região para que nossos candidatos possam absorver, aprofundar, acrescentar ideias e contribuir com esse conhecimento extraído daqui baseado em nosso programa e na resolução do último congresso do partido.

# Introdução

*Vivaldo Barbosa*

Primeiro Vice-Presidente do Partido Pátria Livre  
Ex-deputado Federal Constituinte e por três legislaturas

## Projeto de qualificação para vereador, prefeito e vice-prefeito

### Justificativa

Constata-se, desde a Constituição de 1988, que se desenvolveu uma reforma institucional no país, caracterizada pela descentralização das políticas públicas, amplamente disseminada pelos municípios brasileiros. Essa disseminação promoveu um processo de profundas mudanças nas instituições de governo local, bem como no debate sobre o papel e a gestão das cidades, materializadas em novas formas de organização do poder local, em um contexto de crescente municipalização das políticas sociais e descentralização administrativa.

No início dos anos 90, assistiu-se a um crescente processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, intensificado não somente pela elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais – estas elaboradas

pela primeira vez de forma autônoma pelos municípios –, mas também por um conjunto de leis e políticas, federais e estaduais, de incentivo e de transferência de competências para o âmbito municipal. Não restando dúvidas, os municípios ganharam poder.

Entendemos que foi necessário compreender o espaço das cidades como espaço social, resultado de lutas pela apropriação de bens e serviços, e como expressão da luta pelo poder. Como decorrência dessa luta pelo poder, o espaço adquire uma dimensão sociocultural decisiva nos processos de desenvolvimento, e cria um ambiente que pode tanto favorecê-lo quanto bloqueá-lo. Entre os diversos elementos desse ambiente insere-se o grau de associativismo, que inclui na agenda política a questão da constituição dos sujeitos coletivos.

O objetivo deste projeto de informação, esclarecimentos e indicações na área política, social e técnico-jurídica é ajudar o Vereador e o Prefeito a se tornar agente de transformação do PARTIDO PÁTRIA LIVRE nas instituições de governo local no Brasil. Ajudá-lo a fazer da sua ação política local em ponto de mudança da política no Brasil.

O PARTIDO PÁTRIA LIVRE está aí para transformar a política brasileira, para mudar métodos, ações e compreensão da gestão pública. Está aí para revolucionar a forma de fazer política: o que nos interessa é o bem do povo brasileiro, do País, do Brasil, da Pátria; é tirar a administração pública das garras dos grupos, das máfias, dos interesses escusos, especialmente do capital financeiro, e da dominação estrangeira; é defender princípios e valores inspirados na ética e no interesse público e no interesse nacional. Nos guiaremos por nosso PROGRAMA e nosso MANIFESTO nas nossas lutas e buscaremos praticar a República, enfim!

## Objetivo

Possibilitar e alargar o conhecimento de um conjunto de militantes do PARTIDO PÁTRIA LIVRE que têm como aspiração o cargo eletivo de vereador e prefeito de municípios, buscando aprofundar sua consciência política, além, da dinâmica ideológica do partido, e enfatizar o papel destes como agentes de transformação no desenvolvimento social, econômico e político das regiões por eles representadas.

## Objetivos Específicos

Os candidatos serão orientados para que ao final do curso estejam preparados para exercerem suas funções:

**1 – Legislativa:** consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis, buscando organizar a vida da comunidade.

**2 – Fiscalizadora:** o Vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do orçamento. Também fiscaliza através do pedido de informações.

**3 – Inserção no debate e na definição das políticas públicas:** esta função é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas).

**4 – Julgadora:** a Câmara tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do Prefeito e dos Vereadores.

# O Desenvolvimento Nacional como base para o desenvolvimento local

*Professor Carlos Lessa*

Economista e ex-Presidente do BNDES – Banco Nacional  
de Desenvolvimento Econômico e Social

## Extratos

Vivaldo me disse, quando me convidou para participar desta reunião, que o tema seria o desenvolvimento no nível do lugar, do município, da cidade. E um pouco por extensão e cacoeite do ofício, eu diria, desenvolvimento do Brasil.

Começo fazendo uma pequena observação: eu não acho que o pensamento crítico é apenas um balanço de prós e contras de cada proposição. Eu acho que o pensamento crítico é rigorosamente articulado, é parte do todo. Ou seja, é criticar a observação analítica. O chamado pensamento crítico é um pensamento que procura relocalizar o conceito no seu contexto, e o contexto sempre impõe pela existência de alguma coisa o processo pelo qual chegou a ser. Nesse sentido o pensamento crítico necessariamente recorre ao passado, mas para fazer do passado, presente, e dar integralidade ao presente.

Não estou aqui querendo levar a discussão neste sentido, mas o que eu quero dizer a vocês é que quando se pensa em desenvolvimento é quase necessário colocar no qualificativo o desenvolvimento Nacional, porque sem a reflexão, sem a identificação, sem a controvérsia, sem a percepção de quais são os sonhos fica extremamente difícil deles serem realizados em relação ao presente. **Quando digo isso a vocês estou dizendo que a ideia de nação é fundamental.**

Tenho certeza de que, para as pessoas que eu conheço e que estão nesse espaço, a ideia de nação é absolutamente ponto de partida de qualquer reflexão em relação ao futuro, mas eu quero chamar atenção ao que também deve ser ponto de reflexão e ponto de partida para o presente.

Então começo colocando uma pergunta que é a que passa gerações de intelectuais brasileiros sem jamais ter resposta, ou sempre tendo resposta insuficiente. O que é o Brasil? Aliás, para qualificar, “O que é o Brasil hoje?” Eu sou forçado a começar com essa pergunta para chamar a atenção de alguma coisa que pertence ao território da constatação mais elementar. O Brasil é hoje um país urbano, um país urbanizado, 80% da população brasileira é urbana e metade da população brasileira é metropolitana e reside ainda nas 11 metrópoles que existem no Brasil.

Porque começo dizendo que o Brasil é urbano? Porque o ser humano impõe algumas dimensões que são inerentes a esta situação. A mais elementar delas é que ninguém sobrevive numa cidade sem ter renda monetária, sem ter como adquirir o necessário para sua vida. Eu estou chamando atenção para isso, para dizer a vocês de maneira talvez meio repetitiva e altamente insistente que hoje no Brasil urbano, se nós quisermos discutir ou pensar o desenvolvimento Nacional, temos

que começar a pensar desenvolvimento Nacional de um país que é o urbano, que é urbanizado.

Não quero com isso desconhecer os 20% da população brasileira que são rurais; eu gostaria de chamar atenção que no Rural brasileiro pode-se fazer um corte, que como todo e qualquer corte é grosseiro, mas é certo que de um lado existe uma pequena quantidade, varia de tamanho de lugar para lugar, mas não vai muito além de 5 milhões de famílias. Esses brasileiros estão ainda, sem dúvida nenhuma, inscritos no Brasil Rural.

Agora, onde está a grande empresa agropecuária? É muito difícil admitir que isso seja assim na agricultura. Na verdade é uma transposição das regras da organização industrial capitalista avançada às atividades do campo, é que hoje predomina a grande empresa rural.

Na verdade tudo se move como se fosse uma projeção da cidade. Por que digo isso? Para reforçar um pouco a minha tese de que o Brasil está extremamente urbanizado. De que forma? Eu vou colocar um qualificativo como alguma imprecisão: na periferia do mundo.

Nós não somos o centro do mundo, nós não fazemos parte do núcleo central, nós somos um enorme país, com uma enorme população, porém nós estamos na periferia do desenvolvimento mundial. Eu gosto muito mais de pensar o Brasil em categorias tipo: subdesenvolvimento, país subdesenvolvido, país de terceiro mundo e etc... do que usar linguagens de que o Brasil pertence a uma categoria diferente, um conceito bastante diferente. É muito diferente.

Pelo tamanho, certamente somos diferentes, somos um dos maiores países do mundo, é diferente pela população, certamente temos uma enorme população, porém temos padrão de vida, limitações, dificuldades, problemas, e etc. muito mais

próximos da Guatemala do que da França, da Alemanha. Então eu me sinto mais guatemalteco do que alemão, posso entender melhor a Guatemala do que o desenvolvimento da Alemanha. Nós somos uma sociedade de periferia no mundo que fizemos um imenso esforço para não ser um país periférico com o projeto Nacional, o que foi o projeto Vargas que se explicita na década de 1930.

Eu não resisto a dizer sempre que a ideia de industrialização e urbanização como horizontes de desejo de uma sociedade chamada Brasil Republicano de certa forma desapareceu. Não no meu coração, não no coração do Fernando Siqueira, não, provavelmente, no coração de nenhum dos que estão aqui, mas ela desapareceu na profunda e firme convicção que perpassava a população brasileira em torno de que o Brasil precisava ser industrializado e se organizar. Objetivamente, o Brasil se industrializou e se urbanizou, mas se urbanizou na periferia do mundo, porque é um país periférico.

Eu preciso começar por essa dimensão. Agora digamos assim: uma categoria chamada BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul. Na verdade o BRICS é uma coisa muito complicada. Porque tem três países que têm bomba atômica, três países que têm um submarino nuclear, dois países que têm veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Vou pegar o que eu acho mais próximo ao Brasil que é África do Sul. Ambos somos os mais importantes dos nossos continentes respectivos, por isso eu preciso começar por essa dimensão, pois a importância do Brasil é colossal, é muito maior em relação à importância da África do Sul, porque isoladamente nós temos uma população que é igual ou superior à soma dos nossos irmãos sul-americanos.

Aliás, esse é um dos grandes problemas que nós temos, que é uma terrível assimetria no continente sul-americano.

É o maior problema nosso agora, nossa vizinha Guatemala não está próxima da Rússia, não está próxima da China, creio que tampouco está próxima da Índia. Porém, nós temos uma unidade cultural que a Índia não tem. Quando comecei a viajar pelo Brasil, já tem bastante tempo isso, eu esbarrava, em qualquer cidade que fosse, numa tinturaria chamada “Arco-íris”, numa padaria “Ideal”, em num “Grande Hotel”, porque não havia nenhuma rede multinacional de grandes hotéis, nenhuma rede Pão de Açúcar. Em torno das padarias os nomes eram repetidos. É preciso ter vivido fora do Brasil para se dar conta de como nós somos parecidos uns com os outros brasileiros.

Então eu acho que necessariamente um tempo nosso de reflexão tem que ser dedicado a pensar o Brasil. É necessário pensar sobre “o que é o Brasil.” Claro, tomemos um pequeno exemplo, o exemplo de um pequeno município do interior que consiga atrair para sua cidade a rede de distribuição de bebidas do interior daquele Estado. Ele vai prosperar fantasticamente, porém ele não leva em conta o seguinte: que se ele não fizer crescer o consumo de bebidas, os outros municípios do estado vão declinar proporcionalmente.

O que eu quero dizer a vocês pertence ao território do óbvio ululante. Ou o sistema se expande ou simplesmente é um jogo de soma zero. Não acho que a reflexão de um jogo de soma zero seja uma reflexão central do dilema que nós brasileiros vivemos hoje.

Então quero começar refletindo com vocês sobre as questões ligadas ao desenvolvimento de um todo chamado Brasil. Adoraria que ao invés disso discutíssemos o espaço mundo, porém eu não posso depositar minhas expectativas em uma marcha de globalização, eu tenho que pensar necessariamente em termos nacionais.

Quando a Sudene foi criada, o Dr. Celso Furtado (fundador da SUDENE) me chamou, nós estávamos lá e a coisa mais impressionante era a pipa d'água. Quem é do Nordeste aqui? Pipa d'água elege tudo. E como é que é a questão da pipa d'água? É o roteiro que ela segue. Todos dependem de água logo, quem garante a água que garante a vida, merece meu voto.

Pois bem, sabíamos isso, Celso Furtado era a favor de multiplicar companhias estatais Estaduais de perfuração de poço, uma das primeiras coisas que a ditadura de 64 acabou foram as companhias de poços do Nordeste. Por que? Porque é uma carta de alforria para quem depende da pipa d'água. Dispor de um poço é dispor de um acesso espetacular ao elemento fundamental da vida, então o controle do trajeto da pipa d'água é muito mais importante do que qualquer outra coisa.

Outra coisa que eu percebia é que na Secretaria de Saúde é muito mais importante dirigir o Hospital do que ser secretário de saúde. Por quê? Porque no hospital cria-se uma relação de dívida permanente.

Ninguém se iluda por que é que Celso Furtado optou pelo poço d'água. Porque ele não tinha acesso aos açudes. Claro que quem tem um açude deixa o vizinho pegar água no açude e ganha o voto do vizinho. É uma pipa d'água permanente. Seria mais fácil Celso Furtado falar que vamos desapropriar todos os açudes e dar direito a todo mundo pegar água em qualquer açude. Detalhe, nós quem, cara-pálida? Quem vai fazer isso então? Ele disse: "vou pelos poços", mas ele entrou na lista dos 100 primeiros brasileiros cassados pela ditadura por causa dos poços do Nordeste.

Ando viajando um pouco pelo interior do Estado do Rio de Janeiro e vi coisas deslumbrantes que aconteceram, coisas que muito me chamaram atenção positivamente, uma delas

é o ônibus escolar. Fazer a defesa do ônibus escolar, dizer que o ônibus escolar não pode ser sacrificado e evitar que o ônibus escolar vire carro-pipa, eu acho que não pode virar um carro-pipa, então o livre deslocamento das crianças do local das suas residências para a escola e ir e voltar da escola é um avanço espetacular da vida política brasileira, porém qual é a maternidade? Quem é que assume a defesa? Eu estou pensando em relação ao povo do interior. Claro que em relação a grande cidade não é assim; em relação à grande cidade é necessário fazer uma política de dificultar o uso do veículo leve, tem que explicar para a população que não é possível que a quantidade de veículos leves cresça sem parar...

Vocês sabem que, por exemplo, tem uma coisa que é um monte de pó de pedra que dá voto que não acaba mais, porque se eu jogar pó de pedra numa rua enlameada melhora significativamente a condição de vida das pessoas que deixam de ter que pisar na lama.

Conheço lugares em que a distribuição, a descarga de lixo, dá voto por causa da construção em palafita. O dono da palafita se considera privilegiado quando desce e não precisa mais andar na palafita. Então quem controla a distribuição do caminhão de lixo consegue se eleger.

Eu estou simplesmente dizendo a vocês que provavelmente estes que trocam o voto pelo caminhão de lixo veem na hora da eleição a possibilidade de sair da palafita para o solo. Porque eu estou colocando isso? Para dizer a vocês que a Constituição de 88 teve um êxito em restaurar os direitos civis, mas não avançou muito nos direitos políticos porque a ideia de patrimônio público político é terrível, porque as famílias dos políticos se repetem nos cargos, aliás uma pesquisa que precisa ser feita energeticamente: quantos parlamentares têm pais parlamentares, são filhos, netos de parlamentares?

É impressionante senhores... até bisnetos já têm também, isso é impressionante! Exatamente a ideia da capitania hereditária. Essa pesquisa ninguém fez ainda, mas é uma pesquisa que vocês podiam se propor a fazer porque não deve ser muito difícil fazer. Isso representa uma lógica de atraso, de não transformação.

Uma das coisas que me chamou atenção na votação do impeachment foi a baixa percentagem feminina, a baixa percentagem também, baixíssima aliás, percentagem dos afro-descendentes no Congresso e por aí vai. Olhei muito, prestava atenção e via e ficava extremamente impressionado. Eu já sou velho, eu conhecia alguns pais, avós, sobrenomes. É uma das demonstrações mais impressionantes de que o mandato faz parte do patrimônio familiar, não se abre mão desse patrimônio. Eu não estou dizendo que todos representantes sejam assim, mas a maioria é assim, a maioria é.

Quando eu digo que o Brasil é um país urbano e periférico é porque nós temos que conhecer as características desse país urbano e periférico. A Petrobras é um exemplo magnífico disso. E o sítio da Dona Benta tem um poço de petróleo. Quem era o Visconde? Era um sabugo de milho, mas que era sábio, por isso é que eu acho que uma refinaria tinha que ter o nome de Visconde de Sabugosa. É verdade, Artur Bernardes já recebeu o nome de uma refinaria, mas na campanha do petróleo é nosso o Visconde de Sabugosa foi decisivo para me levar para a rua, deve ter levado alguns outros aqui.

Estava lá no livro inclusive a informação de que o Brasil não tinha competência para entrar no negócio do petróleo. E depois que jorrou petróleo do poço do Visconde eles tiveram que desfilarem na rua com orelha de burro. Eu creio que agora o livro do Monteiro Lobato reproduz um dilema que vocês vão enfrentar, eu provavelmente não, mas vocês vão enfrentar a

campanha d'ó petróleo que é nosso, tem que ser nosso, tem que ser nosso; entretanto, o tem que ser nosso entusiasmou a Universidade Brasileira muito pouco. Refletir sobre isso e criar, recriar uma campanha tipo Visconde de Sabugosa.

Eu sou inteiramente favorável em fundir a Eletrobrás com a Petrobrás para dissolver qualquer vestígio corporativo, Energibrás, temos que fazer o discurso da Energibrás, o petróleo é nosso, a energia é nossa. Aliás, eu não sei bem, se eu soubesse não estaria nem aqui, estaria correndo à rua, não sei, mas é uma tarefa para vocês, vocês estão pensando numa organização partidária nacionalista, socialmente progressista, comprometida com o social.

Eu queria colocar um par de ideias sobre a energia...

Certamente o Brasil é, no plano energético, um favorecido pela mão de Deus. Nós temos muito sol, nós temos muita terra e relativamente temos muita água, e também é evidente que nós temos condições para produzir alimentos. Mas está presente na realidade a fome.

Eu acho que o discurso que está sendo feito de que o petróleo não vale mais nada é uma bobagem monumental. A primeira redução de CO<sub>2</sub> foi uma redução baseada em carvão combustível fóssil. Os países que se deram bem foram os que tiveram ferro, minério de ferro perto de carvão, um exemplo por excelência: Inglaterra; a ferrovia uniu os dois e usou o minério de ferro para fazer o trilho e usou o carvão para mover a locomotiva. Esse jogo interativo é fundamental. O Brasil tem petróleo, tem muito petróleo, não gosto de ficar falando esses números estratosféricos, mas tem no pré-sal muito petróleo, e tem na Bacia Amazônica muita energia hidrelétrica. Como é que nós vamos abrir mão da eletricidade em nome de uma termoeletricidade, como é que nós permitimos às forças do exterior penetrar no coração energético brasileiro?

A ideia nacionalista passa estrategicamente pela ideia de energia, eu preciso dizer isso porque é preciso dizer o seguinte: o petróleo não acabou e nem acabará, carvão não acabou e nem acabará, o petróleo é uma enorme vantagem estratégica. O Brasil tem pouco carvão. Não tenho nada contra o sol, nem nada contra o vento, até pelo contrário acho muito gostosos os dois, mas quero dizer no momento que querer mover a economia brasileira a partir de sol e vento é um erro, porque nós dominamos completamente a tecnologia da eletricidade, aliás queria dizer uma coisa a vocês, em um passado recente o Brasil tinha a melhor tecnologia de engenharia de cálculos do planeta, porque nós não tínhamos aço barato então a engenharia brasileira desenvolveu fórmulas ligadas a essa realidade.

Isso explica o Oscar Niemeyer; por que as curvas de Niemeyer são possíveis? Porque havia a engenharia fazendo os cálculos possíveis. Dizer que essa matriz energética acabou é um inferno! Não acabou nada! Ter petróleo é uma imensa vantagem! Para o nosso azar o nosso petróleo está abaixo da economia norte-americana, e isso nos fragiliza enormemente, mas isso é um discurso que nós temos que fazer e eu nem sei se dá voto, mas tem que ser feito, o petróleo é nosso!

Em um partido político, eu perguntaria como o Brasil se propõe a ser sereno e urbano deixando uma parcela da sua população com fome; e aliás, em torno disso, eu vou derivar rapidamente para uma questão que é: quantos dias de fome um pai de família aguenta? Uma criança aguenta? É preciso combater a Fome! É urgente! Para vocês terem uma ideia, o “puxadinho” é responsável pelo consumo de um quarto do cimento consumido no Brasil. Por que não criar as Frentes de Trabalho para ajudar a população a fazer o “puxadinho” da melhor forma possível? Não sai caro! Nada é mais importante que evitar a fome. Temos que defender as Frentes de Trabalho.

Temos um pretexto óbvio para isso: combater o mosquito da Dengue e da Zica. Não há nada mais crítico que a fome, nada mais vital que combater a fome que é o combate ao desemprego. A saúde pública pode dar um grande pretexto para que se combata a fome combatendo o mosquito. Custa barato.

Eu estava dizendo para vocês que a Constituição de 88 conseguiu restaurar os direitos civis e certo avanço nos direitos sociais. Acho que esse assunto não vai ser cancelado. Porque o populismo, na periferia do mundo, vai no sentido dos avanços sociais, porém é uma maneira precária e intermitente. Como é possível fazer um discurso contrário aos interesses do povo e dizer para o nosso povo que ele tem que ter perspectivas?

Então, avançamos muito nos direitos civis e não avançamos quase nada em termos de direitos políticos; aliás, eu acho que os episódios recentes demonstram isso. Agora, eu vou contrariar o novo presidente ridículo. O estado está numa crise colossal e essa crise não está sendo adequadamente combatida, ou pelo menos não está sendo adequadamente identificada. Lula na verdade nasceu em bolsa de pelica porque ele pegou o boom das commodities, ampliou de maneira extremamente expressiva oxigênio para o Brasil e o fez jogando grande parte disso em direção ao social, mas não foi só no social não. Eike Batista é uma criação do Lula.

A crise brasileira vem lá de trás. Quando nós passamos a fazer uma espécie de caricatura periférica do desenvolvimento dos países centrais, nós fizemos a coluna vertebral da expansão brasileira.

Estou querendo mostrar para vocês que a vulnerabilidade brasileira é constituída em cima de uma industrialização periférica; não fizemos uma industrialização voltada para objetivos internos claros. Então deixa eu fazer uma pergunta: você respeita o federalismo, mas o quanto é verdadeiro das

diferenças regionais, quanto das diferenças regionais é usado para reproduzir uma estrutura política viciada?

Nada é mais importante para o processo político que haver um sonho unificador.

O projeto nacional é o sonho unificador, o projeto Nacional é a linha do Horizonte. A Linha do Horizonte se renova a cada passo que você dá em direção a ela, porém ela aquece o coração do Viajante, andar sem ter Linha do Horizonte é se sentir perdido. Qual é o projeto Nacional Brasileiro hoje? Essa é a pergunta relevante que um partido tem que fazer.

Eu vou ficando por aqui, mas sublinho a enorme necessidade dos nossos conhecimentos sobre dimensões objetivas de vida para o nosso povo nas grandes cidades. Nós temos que dar a esse povo nas grandes cidades um sonho que possa parecer em um dado momento um sonho impossível, porém uma linha no horizonte para fazermos história, isso acho absolutamente fundamental, partidos políticos são fundamentais. Eu quero entender que vocês são, desculpe usar a palavra, nacionalistas e populistas. Eu acho populismo uma palavra absolutamente bendita, eu me defino como Nacional populista, não posso dizer que eu sou nacional-socialista porque os nazistas desapropriaram, socialista nacionais também fica meio complicado, nacional-desenvolvimentista também não dá porque já gastou, eu acho que vocês têm que escandalizar, causar, causar! Eu estou falando demais, muito obrigado.

# A questão urbana, o uso e a ocupação do solo e a política habitacional

*Adir Ben Kauss*

Arquiteto e urbanista e ex-presidente do IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

## 1. As cidades como uma das grandes invenções da humanidade

- ▶ O homem, durante grande período da humanidade, vivia e subsistia do trabalho agrícola e pecuário no campo.
- ▶ As cidades com baixa densidade eram somente um local para o comércio e a troca de mercadorias excedentes.
- ▶ A revolução industrial define um novo marco migratório das populações, as cidades passam a ser o *locus* voltado para os espaços de moradia e de nova organização social.
- ▶ Hoje a maioria da população do planeta vive nas cidades e não mais no campo.
- ▶ No Brasil cerca de 80% da população brasileira é urbana.

## 2. Os conflitos sociais na gênese da formação das cidades

---

- ▶ A mesma lógica feudal e capitalista no uso da terra rural se reproduz no espaço urbano. A apropriação da terra urbana é voltada para a multiplicação do capital e seus instrumentos como a especulação imobiliária e a mais-valia social sobre a terra, agora com a produção de moradias.
- ▶ A mais-valia urbana significa a operação da compra de áreas sem infraestrutura por um determinado preço aguardando sua valorização pelos investimentos públicos sem ônus para o seu proprietário. A terra deixa de ter uma finalidade produtiva para ser mercantil. O sobre-preço obtido sem nenhum novo investimento do capital é o que chamamos de mais-valia urbana.
- ▶ Um dos instrumentos que controla e disciplina a especulação das terras urbanas, sem ferir o direito de propriedade, é a aplicação do IPTU progressivo para terras ociosas.
- ▶ Há cerca de 150 anos, Friedrich Engels, no livro “Sobre a Questão da Moradia”, defendia a tese da expropriação de imóveis ociosos para os trabalhadores sem teto. Era a Europa do século 19, mas poderia ser o Brasil do século 21, com mais de 50 milhões de imóveis ociosos e um déficit habitacional de cerca de 6 milhões de famílias.

## 3. As cidades brasileiras

---

- ▶ No Brasil ocorreu, a partir da metade do século passado, uma transformação acelerada das características da população brasileira. Até 1950 70% da população vivia no campo

e 30% nas cidades. Hoje este quadro se inverteu: 80% das mulheres e homens brasileiros, pela ausência de políticas de fixação rural, migraram para os centros urbanos, e somente 20% permaneceram nas áreas rurais.

- ▶ Esse intenso fluxo migratório atingiu as cidades que se encontravam despreparadas de infraestrutura e planejamento para absorver esses imensos contingentes de pessoas.
- ▶ As populações que chegavam às cidades em busca de trabalho e de uma vida digna eram afastadas do centro formal e empurradas para as áreas periféricas sem qualquer infraestrutura de saneamento, transporte, etc.
- ▶ As favelas, os loteamentos irregulares são produtos relevantes da ausência de políticas públicas urbanas e do desaparecimento do estado para o enfrentamento dessas questões.
- ▶ A segregação social integra-se à segregação espacial. A cidade formal garante a segmentos privilegiados o acesso aos bens e às riquezas produzidas, apartando a maioria desses benefícios mínimos que seriam materializados por uma moradia digna e uma qualidade de vida adequada.
- ▶ Para a cidade formal, mesmo com suas crises e conflitos, o estado brasileiro foi hábil e operoso em estabelecer políticas de organização e ordenação do solo urbano, sempre atento e eficiente aos interesses do capital.
- ▶ Para a cidade informal até o final do século passado foi omissa, hostil, preconceituosa e muitas vezes autoritária. Quando pensava ações urbanísticas propunha invariavelmente a remoção de moradias populares, principalmente em relação a favelas que apresentavam algum valor imobiliário.

- ▶ Foram as lutas políticas que ocorreram nessa época, em que movimentos populares enfrentaram as remoções e que produziram por suas práticas a reflexão de lideranças políticas, professores e entidades profissionais, que consolidaram um discurso da cidade democrática para todos.
- ▶ Projetos como urbanização de favelas, regularização fundiária de áreas ocupadas, obras de saneamento básico passaram a fazer parte da pauta dos governantes. Mas há muito ainda o que fazer, ou seja, transformar projetos e intenções em políticas concretas.
- ▶ O IPTU progressivo no tempo, a desapropriação para fins sociais, o direito de preempção (inércia no uso da propriedade), o direito de vizinhança e outros foram instrumentos de reafirmação do conceito “o direito individual está subordinado aos interesses coletivos” consagrado pela Constituição de 1988 e integrado em todos os planos diretores de nossa cidade.
- ▶ Entretanto, apesar dos dispositivos constitucionais federais, estaduais e municipais que teoricamente asseguram o direito à moradia digna a todos os brasileiros, as cidades em nosso estado e país apresentam problemas graves a serem enfrentados – baixa taxa de investimento em infraestrutura urbana, notadamente nos serviços de saneamento e sistemas de transporte coletivo de massa e programas de habitação.
- ▶ O estado brasileiro ainda prioriza investimentos no desenvolvimento urbano-industrial voltados para as necessidades produtivas do capital e para o consumo das camadas privilegiadas.

#### 4. O que se espera de um partido comprometido com as causas sociais

---

- ▶ O compromisso com os mais pobres, ajudando-os a se organizar para as lutas por uma habitação saudável que neutralizem e corrijam os ambientes insalubres, inseguros e degradados em que vivem.
- ▶ O estímulo às lutas que integram o conceito de moradia digna: a mobilidade urbana por meio de transportes coletivos, o acesso ao trabalho preferencialmente próximo das moradias, os espaços de lazer e convívio comunitário, a segurança dos moradores contra a violência do tráfico e dos maus policiais, a realização de programas de geração de trabalho e renda e a implantação de equipamentos locais voltados para a educação e a saúde.
- ▶ Além das bandeiras políticas acima mencionadas, é necessária a pressão contínua sobre o poder público, exigindo a transparência das políticas a serem implementadas, o planejamento das ações e principalmente o controle pela sociedade e comunidade da gestão dessas políticas e seus orçamentos.
- ▶ Por fim, é importante investir no conceito da democracia não apenas a representativa, mas principalmente na democracia participativa em que conselhos populares jogam um papel imprescindível na conquista de uma cidade livre e democrática.

# A Saúde e o Município – o SUS

*Dr. José do Vale*

Médico Sanitarista Especializado em SUS e Políticas Públicas de Saúde

## Extratos

O Adir colocou uma questão muito importante, que é a do partido organizando a base da sociedade, mas imediatamente o que temos que pensar seriamente é a questão do estado nacional que também ajude a organização da sociedade e que possa superar problemas nos âmbitos da comunidade, de alguns segmentos e do trabalhador. É muito difícil atingir esse fim sem o concurso do Estado democrático, um Estado que não seja capturado somente pelos interesses econômicos.

Eu vou começar abordando um problema da saúde; na verdade, esse conceito de “saúde” foi uma evolução da civilização, ao ponto de um cidadão comum no Ceará dizer “graças a deus que estou com saúde”, como aquilo sendo um benefício próprio dele.

Na questão da saúde, ou da doença, ou do ponto de vista médico, a saúde é um conjunto de fatos que envolve certamente a vontade humana e a organização da sociedade humana, que se reflete como fator que agrava a saúde. Eu chamo de

agravação porque o conceito de saúde evoluiu; na verdade, começa com doentes, os médicos veem a gente como doentes, mas as pessoas foram percebendo que existem muitos fatores para ele ter ou não determinado agravo, como, por exemplo, você ser morador de favela do Rio de Janeiro pode ter três vezes mais chances de ter uma tuberculose do que um cidadão que mora no asfalto.

O conceito de saúde, que é uma evolução da sociedade, é um conceito de civilização. Ele é um conceito determinado não apenas pelo sujeito, embora ele possa ter um concurso muito forte nisso, essencialmente pelos determinantes de renda, de moradia, de emprego, de passar fome, de não ter uma família estruturada, de não ter onde beber uma água limpa, não ter esgoto sanitário, de não ter acesso à luz elétrica. Agora, vêm as questões de evolução da civilização, de não ter acesso à comida refrigerada. O Ceará era o estado que mais tinha problema de câncer no estômago e isso estava diretamente vinculado a essa questão de salgar muito a comida que se deteriorava para a preservação dela. Entrou a refrigeração da alimentação e o câncer de estômago diminuiu enormemente. Então, o fator energia elétrica é fundamental para o aspecto da saúde.

Tudo isso sem contar o modelo da organização. Acho que muitos aqui não conheceram, mas a doença da Variola, que era conhecida como Bexiga, foi extirpada da humanidade. A variola entrou na humanidade durante a revolução agrícola. Como o ser humano deixou de ser coletor, caçador, e começou a viver junto, desenvolveu um vírus que passou a conviver com ele e era exclusivamente dele. A tuberculose é uma doença que nasce essencialmente na urbanização. Se observarmos a revolução industrial, veremos como as doenças decorrentes do trabalho eram um horror, as horas excessivas de trabalho, o tipo de fábrica, o pó, o tipo de acidente de trabalho. Então, a

gente vê que os determinantes da saúde, desse bem comum da civilização, estão exatamente na discussão da sociedade que a gente vive.

Por isso, é importante que um partido político tenha sempre essa visão transformadora e crítica dessa civilização que nós vivemos. Ele não pode deixar de considerar, tanto o aspecto de organização da sociedade, quanto essa ligação que ele se propõe, porque nós não somos um partido clandestino, somos um partido em um Estado Nacional, até porque o nosso tem o nome de Pátria Livre, que dá a ideia de território, unidade. Então, nós temos que necessariamente pensar, refletir e criticar a sociedade em que vivemos.

Faço esse discurso partindo do conceito de civilização pela saúde, saúde para todos. Tem um componente absolutamente novo na humanidade, mas que já é presente no Brasil, que é o crescimento intenso da população com mais de 60 anos de idade. O que significa que, na manifestação de fenômenos da saúde e doença, são exigidos novos valores; antes se morria muito cedo, a mortalidade infantil era muito alta, as pessoas não atingiam muito mais do que 60 anos. Era uma ilusão a gente imaginar velhinhos nos anos 1930 que atingissem 100 anos; era um exemplo raro, porque naquela época se morria aos 42 anos.

A expectativa de vida atualmente já está beirando os 70 anos, e isso significa que nós estamos com um problema novo; e, já que o seminário se volta para o município, esse problema se expressa lá dentro, se expressa em um problema das fábricas de Itaguaí, se expressa em um problema no trânsito, porque o maior fator de mortalidade e acidentes de mutilação que existe hoje é o trânsito; particularmente no Nordeste, a motocicleta é a maior demanda de lesões provocadoras de mortes e de dados irreversíveis, em que as pessoas ficam com

problemas sérios de locomoção e mentais. A nossa discussão é muito mais aprofundada, porque temos que atacar os problemas dos determinantes do processo de saúde e doença. Essa é uma questão que só tem uma solução, pelo menos na visão que nós temos de mundo hoje, e essa solução se dá nessa confluência do partido político e entre Estado e sociedade.

Outra questão: o câncer que aumentou porque nós começamos a nos expor a novas substâncias, a novos hábitos, e, além de tudo, envelhecemos; assim o nosso sistema imunológico de defesa começa a cair e surgem doenças que antes, no nosso corpo mais jovem, conseguíamos retirar aquelas mutações celulares e que depois de certo tempo não conseguimos mais.

Atualmente, as maiores demandas do Brasil são as doenças cardiovasculares, câncer, acidente e doenças infecciosas. Todas essas doenças estão envolvidas com tecnologias de alta complexidade, o que significa tecnologias caríssimas entregues por um capitalismo selvagem, dentro da bolsa de valores, dentro de um sistema financeiro independente do sistema geral da globalização, e mais ainda, concentrada em alguns países como EUA e na Europa. Ou seja, quem é dependente dessa tecnologia gasta e paga muito.

Numa sociedade com nosso perfil, que o professor Carlos Lessa definiu muito bem, que somos uma sociedade periférica que possui um grande território, uma grande população, mas é pobre, a nossa população não tem como pagar essa tecnologia. A falta de acesso a essa tecnologia de alta complexidade significa a diferença entre morrer ou não morrer. Se não fosse o concurso do Estado através do orçamento fiscal e um pouco de contribuições, o povo brasileiro não teria acesso aos transplantes, a tratamento de obstrução de artéria, coração ou câncer.

O Sistema Único de Saúde constituído como um direito universal, gratuito, dentro da Constituição Federal, é a única

coisa que está levando o sistema brasileiro, com todos os defeitos que tem, com todos os diagnósticos negativos que se fazem a respeito do SUS, a ser considerado um fator importante para garantir certos procedimentos e tratamentos aos mais pobres; isso apesar do setor privado querer açambarcar os recursos públicos para ganhar muito dinheiro com as novas tecnologias. Se não fosse a existência do Estado organizado com o Sistema Único que transformou isso em direito, a população não teria esses direitos. Para se ter uma ideia, até pouco tempo atrás a população que tinha acesso ao plano de saúde no Brasil, no auge da empregabilidade, chegou a 43 milhões de pessoas que tinham acesso a médicos, ambulatórios e etc.; atualmente, este número deve estar entre os 40 milhões de pessoas que tem acesso ao plano de saúde, isso porque aumentou o desemprego e a base do plano de saúde privado no Brasil vem do trabalhador. É ele quem paga plano de saúde.

Eu vou fazer uma análise crítica, porque acho que um dos equívocos do movimento sindical foi ter deixado privatizar este segmento que hoje concorre com os fundos públicos, e é mais do que a metade. O conjunto dos governos, municipal, estadual e federal, gasta cento e poucos bilhões de reais e os planos de saúde arrecadam 60/80 bilhões, ou talvez já esteja na casa dos 90 bilhões. Então, eles estão concorrendo com fundos que vêm através de concessões, inclusive de renúncia fiscal, concorrendo com o sistema universal; por isso que se diz que o sistema universal é desassistido em termos de financiamentos, porque há essa concorrência. Os sindicatos erraram nessa preferência em pagar a previdência privada; os acordos que deveriam ter feito não deveria ser o de aceitar o pagamento (por parte do empregador e do trabalhador) de plano privado, porque o dinheiro deveria estar entrando no bolso dele, mas está sendo usado para pagar os planos privados.

Mas nós temos o Sistema Único que está subfinanciado e não podemos colocar todo o dinheiro da sociedade para pagar tecnologia para o capital extremamente voraz por recursos. Hoje, quando você desenvolve um medicamento no laboratório, um antibiótico ou um remédio contra a AIDS, ou qualquer inovação dessas, é tudo feito em bolsa de valores; tudo tem que dar um elevado retorno para o capital usado naquele investimento.

Para vocês terem uma ideia, saiu agora um tratamento para hepatite C, que é uma doença crônica que desenvolve câncer; esse tratamento custa no mercado 90 mil reais e o Estado consegue comprar por 20 mil, porque, como compra em massa, tem uma certa capacidade de negociação por causa da quantidade que compra. Estou querendo voltar à ideia de que, se o Brasil não se proteger, não investir fortemente em ciência e tecnologia, não tiver sua própria fabricação de remédios, inclusive com o concurso do Estado, nós vamos ter grandes problemas. Porque nós vamos dar ao povo acesso à saúde universal gratuita de tecnologias caras, mas vamos transferir a renda do povo brasileiro para os americanos, europeus e para os grandes laboratórios multinacionais que nem imposto pagam no Brasil, sem contar o Japão e a Alemanha.

Com o volume de população que o Brasil tem, com o seu direito assegurado, nós temos que ter efetivamente uma produção nacional e investir em ciência e tecnologia, inclusive na petroquímica que também é um dos nossos problemas, porque parte da medicação ainda é baseada na petroquímica. Esse é um quadro que nós temos. Do ponto de vista do partido, estamos lutando por um direito e pela realidade da saúde pública como uma questão nacional.

Sobre a questão específica do município, a solução foi a emancipação, porque a vida da pessoa é no município, é onde

ela pode cobrar assistência; em tese, a demanda seria custeada pelo fundo nacional que repassaria para os municípios, só que esses recursos foram diminuindo e lentamente os municípios tiveram que demandar mais recursos dos seus próprios orçamentos municipais. Para certos municípios, isso não tem tanto problema, porque eles possuem um orçamento em cima de indústrias grandes e outras coisas, mas em municípios pequenos em que o orçamento é quase exclusivamente oriundo do orçamento federal, é mera transferência, então fica aquele sufoco tremendo ao ter que pagar as despesas com saúde e educação também. E os repasses federais têm se reduzido.

A saúde é um pouco pior do que a educação, porque é uma tecnologia, e, se o ministério da saúde não regula, é preciso lutar pela regulação nacional do uso da tecnologia. É preciso ter um critério que mostre quando um médico usa tecnologia de má qualidade só para lucrar, porque parte dos médicos se envolve no mercantilismo da medicina que acontece no Brasil, e os planos de saúde são os grandes instrumentos para a mercantilização da medicina. Os médicos são sócios nos laboratórios, então eles indicam coisas que não são corretas. Nós temos que ter o controle da tecnologia nacional, realizando a produção estatal de certos produtos estratégicos e mais caros, e o desenvolvimento da tecnologia para que detenhamos os royalties sobre direitos autorais dessa tecnologia, se não ficamos muito dependentes do exterior e a saúde fica muito cara para a população.

O que eu queria dizer é que os municípios vão passar por graves problemas do financiamento da saúde pública porque o povo vai reclamar e vai exigir.

No estado do Rio de Janeiro, a situação é muito grave porque o estado está falido, o que significa que os hospitais de referência estão com dificuldade de operar e dar assistência

adequada, porque chega um determinado momento em que Itaguaí não tem mais para onde mandar as pessoas, não tem hospitais lá, então tem que mandar para um de referência e esse hospital normalmente é do estado. São questões do município que nós temos que enfrentar com muita clareza.

Esse governo que acabou de assumir efetivamente tem programas que nós temos que ficar muito atentos e muito mobilizados. Uma das coisas que ouvi dizer, e que temos que ter cuidado, porque tem muita gente lançando ensaio para ver se cola, é que o governo Temer não queria desvincular os recursos da união e da saúde que a constituição garantiu, mas iria permitir que os municípios fizessem. Ele faz uma manobra de curto prazo porque vão ter eleições municipais, e ele quer ganhar as eleições; nós sabemos que na história das eleições a conquista do poder passa pelas eleições municipais; se nós não fizermos muitos vereadores e um conjunto de prefeitos, não vamos fazer deputados, senadores nem governadores.

Temos que centrar muito na base que são as eleições municipais, mas infelizmente a gente está nessa confusão nacional. Se for feita a desvinculação dos recursos da saúde e da educação na base do município, vamos ter uma queda dos recursos para as despesas correntes na saúde e na educação para que os recursos sejam desviados para favorecer alguns governos, principalmente para garantir a vitória dos partidos mais estruturados e irrigados como o PMDB.

Vamos ter que ficar muito atentos ao combate dessa política de direita, porque agora é nosso campo, agora é a nossa verdade. A saúde é um enfrentamento da sociedade desigual, o enfrentamento da pobreza, o enfrentamento da falta de saneamento básico; o mosquito da dengue é simplesmente falta de saneamento básico. O mosquito da dengue não é um problema médico, médico só resolve o efeito, e quando resolve...

Quem resolve o problema da dengue é a engenharia sanitária, engenharia de saneamento básico, é modelo de cidade, é retirada do lixo. Se olharmos os programas de aterro sanitário, veremos que não funcionou nada; ainda temos lixões em todas as cidades, naquela periferia apodrecida, geradora de doença, sem contar a contaminação no solo.

A afirmação do conceito civilizatório de saúde, e o enfrentamento desse modelo de sociedade que vivemos, é a crítica a ela e às contradições de classe que nós temos que enfrentar, porque tem muita gente ganhando muito dinheiro com ela. Outro ponto é alertar aos dirigentes municipais que hoje o problema de saúde é muito complexo. Não dá para entrar como amador, inclusive em relação às questões orçamentárias e fiscais. A fiscalização do próprio Tribunal de Contas é complexa e vai pegar todo mundo de calça curta, e vai dar problema. Os candidatos precisam se preparar bem e conhecer a realidade local e nacional.

A segunda coisa é que, como se trata de uma questão complexa, quem estiver à frente desse assunto no município tem que mobilizar a sociedade, tem que ter a capacidade de analisar essa coisa complexa que é o que produz saúde e doença, e tem que ter noção da tecnologia e da gestão de enfrentamento disso, porque se não vai acontecer o que nós vemos por aí, fica aquela barata tonta dentro da secretaria sem saber o que fazer. Essa é a questão mesmo de ter um plano estratégico no enfrentamento de questões complexas.

O Vivaldo me fez um convite, para que eu discutisse assuntos essenciais, e para que eu assinasse a ficha de filiação do Partido Livre e eu vou fazer isso. Gostaria de dizer que nós vamos ter que desenvolver esse saber, porque eu não sei tudo, aliás, sei muito pouco, e vou aprender muito mais dentro da militância do partido. Quando eu fui membro do PDT,

fui presidente do movimento de saúde do PDT, foi assim que a gente funcionou. Somente a militância política nessa confluência entre sociedade e Estado que é o partido político é que permite que a gente aprenda mais, que a gente possa ter maior capacidade de formulação. Aos candidatos a vereador e prefeito, se animem, porque é um belo desafio que vocês terão para a história pessoal de vocês.

A cólera era um reflexo da falta de saneamento básico, no caso mais especificamente de água limpa. Naquela época, o principal programa de financiamento e enfrentamento do problema da cólera foi o saneamento básico. Na época ainda tinha a Fundação Nacional de Saúde, que depois foi sendo esvaziada até praticamente desaparecer com a política de saneamento básico. Essa questão é central: uma área urbana sem saneamento básico é geradora de doença. E mais ainda, falando no global, estamos enfrentando a possibilidade de aumentar muito os insetos dentro dos centros urbanos, o que vai aumentar a transmissão de doenças no meio popular. O mosquito transmissor da dengue, que foi um problema do Brasil na questão da febre amarela, o mosquito está presente aqui em larga escala desde 1979, e ninguém mais conseguiu controlar o mosquito desde essa época, porque o Rio tinha mudado, havia um estoque muito grande de lixo nas comunidades.

Sobre essa questão do controle social, é uma questão que o PPL tem muita contribuição para dar no meu entender, porque a primeira visão do controle social é uma visão fiscalista, isto é, fazer o papel de auditor para saber se o prefeito está ou não aplicando na saúde, mas essa questão eu diria que é mais simples até do ponto de vista contábil; hoje essas questões são mais transparentes e é fácil de se chegar lá.

O problema mais complexo do controle social é que a gestão, o prefeito, o secretário municipal, manipulam para

construir um controle próprio para evitar problema para a sua gestão. Mas a questão central do controle social é a capacidade de elaborar propostas sobre questões complexas de saúde da cidade e trazê-las para a execução de políticas públicas, é transformá-las em políticas públicas.

Porque, na verdade, o orçamento, os recursos, é uma disputa contínua com a sociedade, e o orçamento tem que ser disputado o ano todo para se saber o destino do dinheiro.

Temos que fazer o controle social com esse mecanismo de entendimento da realidade, formação de políticas públicas e acompanhamento delas. Não é só a questão fiscalista. Outra questão é que o controle social é assim constituído: 25% do gestor, 25% dos profissionais da saúde e 50% sociedade. O gestor coloca os seus liderados na comissão e ainda de alguma maneira elege os profissionais de saúde; muitos são cooptados, dependem do emprego, não há concurso público, são empregos temporários; então esse é outro problema que o controle social tem que enfrentar, porque também tentam manipular as associações dos moradores. Portanto, temos que ter muita consciência de como a realidade ocorre para a gente poder enfrentar.

Não dá para colocar os drogados somente sob a responsabilidade dos psicólogos e médicos, porque eles não vão saber resolver esse grave problema; vão saber dar assistência ao drogado em nível individual, mas não vão saber dar assistência no contexto que ele se tornou drogado. E, aliás, temos que começar a pensar essa questão; se não envolver a promotoria pública e até mesmo uma polícia mais humana, você também não vai conseguir enfrentar esse problema.

Literalmente ao município cabe tudo; portanto, a gestão municipal hoje é uma gestão bastante complexa e importante. O prefeito tem que ter um suporte técnico muito capacitado

para responder questões desse tipo que estou dizendo, questões de saúde pública, saneamento básico, retirada do lixo, segurança pública, guarda municipal, patrimonial etc.

Ainda quanto aos planos de saúde, há uma dicotomia: os planos de saúde funcionam todos subordinados a uma agência própria para regulá-los, e aí eu tenho uma meta de política pública, por exemplo, a de diminuir o número de hipertensos no Brasil, intervir na merenda escolar, intervir nos hábitos alimentares e promover exercícios, mas eu não consigo fazer porque a saúde suplementar que é privada não tem nada a ver com isso e não quer nem saber de atender isso. Cobertura vacinal, outro exemplo, os planos jogam para o SUS e não fazem. Parto normal – é imensa a quantidade de parto normal pelo SUS porque pelo sistema de planos de saúde privado médico nenhum quer fazer parto normal, prefere cesariana por que podem cobrar mais. Então, o que acontece, quando chega na hora do parto, a mulher tem plano de saúde, mas não tem maternidade e o doutor não está lá; então ela tem de fazer o parto no SUS, e quando o SUS vai cobrar dos planos, eles não gostam, acham ruim, porque eles estão tendo um ganho sem causa, estão recebendo por aquela cobertura que ofereceu, mas não fizeram o serviço.

O correto é acabar com essa dicotomia, e transformar tudo em plano único, transformar em um único sistema de saúde e tirar essa agência criada pelo governo para gerir a saúde suplementar que só favorece os planos privados. Os planos de saúde devem ficar dependentes da política geral do Ministério da Saúde e vão ter que fazer o que o ministério mandar, as mesmas coberturas, os mesmos objetivos sanitários, e etc. É preciso desestimular os planos privados, não fazer mais renúncia fiscal, fazer a classe trabalhadora brigar para um sistema bom de previdência e saúde pública.

Quando o Darcy Ribeiro desenvolveu a concepção do Ciep com o médico específico para o atendimento escolar, estava reconhecendo que aquela determinada população tinha uma questão específica para ser resolvida do ponto de vista da saúde, que envolve várias questões do desenvolvimento da criança, da fase da adolescência, outros problemas como os de ordem psicológica, desagregação de família, os problemas de uso de drogas, educação sexual, a previsão da gravidez na adolescência, o sexo seguro. Então, se não houver educação para a saúde específica nas escolas, vamos ter, diante da epidemia de aids, dsts, hpv e essa coisa toda, grandes problemas de saúde. Por isso, o sexo seguro dentro do currículo da escola é essencial. Agora, se você tem esse currículo que é uma aula da professora, é um exercício da professora, é um exercício didático, mas, além do mais, se há um profissional de saúde com quem o estudante possa se aconselhar especificamente, tem-se o modelo completo. Então, nota dez para o conceito do Ciep do Brizola.

Para eleições, a gente precisa ter recurso e tempo de campanha; temos pouco dos dois, mas eu concordo com vocês que a hora é agora, nós temos que lutar, disputar e ganhar nosso espaço agora.

# Transporte

*Fernando Leite Siqueira*

Engenheiro, Vice-presidente da AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás e Vice-Presidente do Partido Pátria Livre

## Extratos

**B**om, eu sou engenheiro eletricitista, especialista em petróleo e vou falar sobre o transporte. Quando eu fui candidato a prefeito pelo PPL no Rio de Janeiro, procurei estudar bastante a questão da educação, do transporte e do saneamento básico, e tinha que condensar isso tudo em 1 minuto no programa de TV, de forma que acabei estudando mais essa questão do transporte, e também como usuário do transporte aqui no Rio de Janeiro eu sofro na pele as consequências desse péssimo sistema. A cidade do Rio de Janeiro, como todos sabem, tem uma belíssima condição topográfica e uma paisagem deslumbrante com montanhas, prédios históricos, florestas e praias que são distribuídos de uma forma tão harmoniosa que encantam e atraem pessoas de todos os lugares.

Vou dar o exemplo do sobrinho da minha esposa, que esteve no Rio ano passado pela primeira vez. Ele fez pós-doutorado, doutorado e mestrado na Alemanha, então todas as

folgas que ele tem, ele vai visitar cidades europeias, asiáticas, enfim, conhece o mundo todo, então, ele é um garoto que tem uma visão muito boa nessa questão das cidades e de seus movimentos, belezas naturais, e nessa visita ele disse que o Rio é a cidade mais bonita que já viu, se empolgou profundamente com o Rio de Janeiro. Mas, quando a gente trata de mobilidade, o Rio de Janeiro tem uma série de desvantagens, pela sua distribuição urbana baseada em projetos antigos – a cidade fez agora 450 anos. Entre 180 metrópoles mundiais que a União Europeia estudou, o Rio tem a 6ª pior distribuição urbana, portanto, o Rio de Janeiro tem que ter um transporte adaptado a sua condição topográfica, sua condição geológica; logicamente o Rio não pode ter modais de superfície, como por exemplo táxis e ônibus, a vocação da cidade é ter metrô.

A periferia do Rio de Janeiro, que forma o grande Rio, teria que ser feita por trens como é feita em todas as cidades desenvolvidas do mundo, nós temos Paris, Moscou, que usam profundamente o metrô e trens. Assim, esse fato de que as empresas de ônibus teriam uma força muito grande porque elegem prefeitos, deputados, elas predominam no Rio de Janeiro e hoje a gente vê trabalhadores perdendo de 3 a 4 horas para ir de casa para o trabalho e voltar, sofrendo com gastos enormes de dinheiro, tempo e energia, chegando no trabalho cansado e irritado, e na volta quase morre.

O Brasil, como disse Carlos Lessa, é 80% urbano e os modais mais baratos são os hidroviários e ferroviários. Na década de 1950 e 1960, por pressão das empresas de petróleo e montadoras de automóveis, o Brasil eliminou a rede ferroviária nacional, dando preferência ao modal rodoviário, que é o terceiro mais caro, só perde para o modal avião, que por acaso se fez na Zona Franca de Manaus, baseando-se no

transporte dos componentes pelo mais caro de todos, que é o transporte por avião.

Os trens nos grandes centros urbanos mundiais constituem os troncos dos longos percursos, e os ônibus, vans e táxis formam os ramais desse sistema, formando um sistema chamado espinha de peixe, e assim o Rio de Janeiro está na contramão do mundo; em várias cidades do Brasil esse problema é recorrente, em todos os lugares em que eu vou enfrento engarrafamentos enormes, até porque o incentivo feito pela indústria automobilística fez com que se financiassem carros até em 84 meses e as pessoas não se dão conta de que o carro é o pior investimento de todos; você compra um carro e já sai da concessionária perdendo 20% do valor daquele carro, e a tendência é cair drasticamente, de forma que as pessoas que financiam carros em 84 vezes logo aquele bem está valendo metade e ele ainda está pagando uma prestação de carro zero.

Assim se lotaram as cidades brasileiras de automóveis e cada vez mais os transportes públicos foram sendo preteridos.

O Brasil tem um enorme potencial para o modal mais barato, que é o hidroviário, nós temos uma costa imensa. Eu tenho um mapa na Associação de Engenheiros que eu copiei do BNDES e mostra que com duas eclusas dá para se fazer transporte fluvial entre o Paraná e Amazonas, passando por todo o Brasil. Então, com duas eclusas não muito complicadas você poderia fazer um transporte fluvial integrando todo o país.

Bom, eu falei que Paris, Londres, Moscou, Nova York têm rede de metrô mesmo sem ter essa distribuição urbana tão complicada como o Rio de Janeiro, a média dessas cidades é ter uma rede de 450 a 500 km de metrô, e no Rio nós temos somente 45 km.

Na campanha a prefeito nós levantamos um modal de transporte que ao meu ver é um projeto maravilhoso, nacional,

desenvolvido na UFRJ, por técnicos brasileiros e é um trem magnético – Maglev Cobra, um trem articulado que tem um desempenho excelente, ele flutua quanto ao trilho, tem um gasto muito mais baixo do que o geral, ocupa muito menos espaço porque ele vem em uma linha aérea, não faz barulho, tem um conforto enorme e esse projeto é admirado pelo mundo inteiro porque existe um trem de alta velocidade lá no exterior com um sistema diferente desse nosso trem. Os de alta velocidade europeus precisam de um impulso para poder gerar o magnetismo e ele flutuar, o nosso, o Maglev Cobra, não, ele tem um sistema que flutua permanentemente parado ou andando. Esse trem é um magnífico projeto que não tem o menor apoio das autoridades brasileiras, ele já está pronto há dois anos, não tem financiamento de prefeitura. O Sérgio Cabra, ex-governador do Rio, esteve lá, adorou o projeto, mas não fez nada para ajudar a implantá-lo, então nós temos aí técnicos da COPPE da UFRJ com grande competência e capacidade a quem não se dá a menor importância...

Um belíssimo projeto que por exemplo poderia ligar o Galeão ao Santos Dumont pela orla marítima em um trilho suspenso; poderia ligar o Galeão a diversos bairros da Zona Norte, reduzindo imensamente o tráfego de pessoas por terra. Então esse modal poderia resolver o problema das metrópoles, para as doze metrópoles conforme disse o Carlos Lessa, que têm metade da população urbana brasileira. Esse é um projeto que está absolutamente parado sem recursos e sem apoio dos nossos órgãos públicos. Principalmente porque as empresas de ônibus não são favoráveis ao desenvolvimento desse projeto. Então, companheiros, o nosso transporte urbano no Rio de Janeiro, em São Paulo e diversas capitais brasileiras é caótico por causa de um mau planejamento desses modais de transporte.

Eu, como prometi e vou ser breve, vou passar a palavra agora ao Marco Fonseca. Nós chegamos a ser presidente lá em Maricá da Maricá Transportes, eu tomei posse, mas não cheguei a assumir por causa da campanha e o Marco ficou como presidente lá um bom tempo. Ele estudou bastante essa questão para que nós implantássemos um sistema de transporte modelo na cidade de Maricá. Começou com a compra de alguns ônibus, mas infelizmente por divergência política a gente saiu e a coisa na cidade está meio parada. O Marco tem um estudo bastante bom sobre a questão da mobilidade e acessibilidade que é um dos fatores mais críticos dos ônibus do Rio de Janeiro. Você para entrar em um ônibus, para desfrutar de um ônibus no Rio de Janeiro, você paga todos os seus pecados e principalmente se for no verão. Então eu vou passar para o Marco para ele complementar aí o que eu falei até agora.

# A experiência na Secretaria dos Transportes em Maricá

*Marco Fonseca*

Membro do Diretório Nacional do Partido Pátria Livre

Primeiro, gostaria de dizer ao conjunto dos companheiros da Fundação Instituto Claudio Campos, que essa questão da vinculação nacional com cada ponto que foi discutido aqui é essencial; gostaria de lembrar aos companheiros as manifestações que nós tivemos alguns anos atrás a respeito das tarifas dos ônibus, em que 200, 300, 500 mil pessoas se manifestaram contra o aumento da tarifa. Eu acho que, essencialmente, nós temos que entender que imediatamente a aquelas manifestações o governo federal do PT disse: “existem 56 bilhões em recursos para projeto de mobilidade e que os estados e municípios não apresentam os projetos”. Em três semanas esses recursos foram extintos, na verdade esses recursos estavam contingenciados para encher o bolso dos banqueiros, como gosta de dizer a Rosanita. Então, quem vai tratar as questões de educação, saúde, transporte, estrutura urbana, projeto viário, tem que fazer essa vinculação porque hoje os

municípios e estados estão totalmente dependente dessa centralização que foi feita através da dívida.

O companheiro Presidente do PPL do Rio Grande do Sul, o Werner Rempel, disse em nosso Congresso Nacional que “o estado do Rio Grande do Sul devia lá atrás, quando fez a renegociação da dívida, 29 bilhões, o estado já pagou até hoje 25 bilhões e ainda está devendo os 29 bilhões”. Isso acontece no município, então gostaria de alertar quem vai ser candidato a prefeito, vereador que é uma obrigação conhecer a Constituição Federal, conhecer qual o papel que o prefeito tem no executivo, conhecer o papel que o vereador exerce. Vereador não é só para enterrar defunto, arranjar vaga no hospital ou para transportar pelo SAMU, ou ainda arrumar vaga em escola; vereador é para legislar a favor do povo, é para apoiar a organização do povo, as entidades representativas do povo, e liderar a luta do povo, acompanhar a execução do orçamento para garantir os interesses do povo e para isso nós temos que qualificar o nosso pessoal para que entenda o que é uma Lei Orçamentária, a LOA, como é que se constrói esse orçamento.

Um prefeito e um governador que iniciam seu mandato, um novo prefeito ou um novo governador que assume o primeiro ano de mandato executa naquele primeiro ano o orçamento que foi elaborado pelo prefeito que o antecedeu, o que saiu, é o chamado PPA, Plano Plurianual.

Então acho que nós temos que nos qualificar, entender que o município tem a sua Constituição que se chama Lei Orgânica do município; então nós temos que estudar a lei orgânica do município. Outra coisa, nós temos que estudar o orçamento do município. Como é que eu vou propor coisas a serem feitas e que custam dinheiro se eu não sei qual o tamanho do orçamento? Qual é a rubrica que tem em cada área, saúde, educação?

Nós temos uma coisa que amarra os prefeitos que é a lei de responsabilidade fiscal, a famigerada lei de responsabilidade fiscal que está sendo utilizada no impeachment da Dilma, ou seja, se acusa a Dilma de ter manipulado as verbas sem autorização do congresso. Assim, um prefeito que faça isso sem a autorização da Câmara de Vereadores pode sofrer um processo de Impeachment com facilidade, então nós temos que entender essas condições básicas.

Uma das coisas que a gente também tem que avançar é que efetivamente essas verbas que eu falei aqui (os 56 bilhões dos transportes) estavam lá no Ministério das Cidades, segundo o governo, tramitando, esquecidas lá. Como é que se faz para acessar essas verbas e fazer projetos? Primeira coisa, o prefeito e o vereador tem que entender de orçamento público.

Então, a primeira coisa é legislar no município a respeito dos conselhos municipais e implantá-los: conselho municipal do orçamento, de educação, de saúde, de segurança pública, dos Transportes, da Juventude, das Mulheres, do Negro, os Conselhos Tutelares entre outros. Hoje o que os prefeitos fazem? Eles manipulam a eleição e a composição desses conselhos e colocam nesses conselhos seus apaniguados e não os representantes das entidades sociais do município; daí se amortece e faz-se absorver todas as críticas aos projetos do prefeito e desvia-se o dinheiro público do município para ser aplicado da forma que o prefeito quer e não no interesse coletivo do município.

É também necessário entender de orçamento, entender da lei orgânica do município, entender como esse orçamento é construído; saber o que tem de cada verba para cada rubrica (saúde, educação, transporte) é essencial para legislar e para poder fazer uma boa campanha política. Não adianta propor um aumento de creches se lá na rubrica não tem essa verba,

se o município não sabe como captar esses recursos e gerar projetos.

Aí vem a primeira dificuldade, nós precisamos gerar uma consciência que temos que ter bons técnicos para fazer bons projetos para que sejam aprovados. Dentro do Ministério das Cidades e aí falando agora especificamente de transporte, nós temos um Plano de Mobilidade Nacional que prevê, uma das coisas que foi dita hoje aqui também, que as pessoas têm que deixar de ser sedentárias. O Plano Nacional de Mobilidade não prevê que você saia da sua porta, entre em um veículo, esse veículo leve você até uma rodoviária ou alguma estação e lá você pegue um outro transporte, chegue no seu trabalho e faça o retorno dessa forma; esse Plano de Mobilidade prevê que existam deslocamentos físicos pelo ser humano, ou seja, caminhada, ciclovias, ciclofaixas.

Como o Fernando Siqueira também disse, as linhas de bairro são linhas alimentadoras; é um absurdo você ter uma linha de ônibus que saia de um bairro lá da zona oeste a 70Km, venha pela Avenida Brasil, 2h30, 3h de transporte, e deixe a pessoa trabalhar aqui no centro do Rio, isso é um absurdo. O Plano de Mobilidade deixa bem claro essas questões, qual é a função de cada modal de transporte e a integração desses meios; também não posso dizer para uma pessoa que caminhe se a calçada não tem o mínimo de pavimentação, não posso dizer para uma pessoa que tem problema de acessibilidade que ele se transporte de ônibus se o ônibus não tem acessibilidade. Nesse capítulo de acessibilidade, a lei de acessibilidade foi promulgada em 2000 e ela ficou dormindo em berço esplêndido até 2004, quando o Lula fez um Decreto dando 10 anos para que todo o segmento público – prédios, estações de ônibus, agências bancárias, hospitais, escolas, ônibus – tivesse adaptação para a questão da acessibilidade; o prazo venceu e não se fez

nada e isso até hoje não funcionou. Agora em 2015 foi promulgada uma outra lei dando novos prazos, e aí entra a questão que o Fernando falou: só o setor público, só a empresa pública, pode realizar essa tarefa, porque onde tem serviço essencial, o Estado tem que estar presente, se não diretamente que seja pelo processo de fiscalização e subsídio, ou seja, impondo para quem quer operar naquele setor que ele cumpra a legislação e que ele cumpra os horários e atenda também ao público no sistema de saúde e às escolas mais próximas. Esse é o papel do estado e essa é uma das bases do nacional – desenvolvimentismo, um estado forte, um estado propulsor da economia. Tendo isso entendido, como é que a gente pode organizar esses projetos?

Então lá no PlanoMob que é o Plano de Mobilidade: ele prevê essas integrações, mas eu não posso dizer agora para as pessoas pegarem suas bicicletas e ir até o centro da cidade, não é essa a proposta. Houve uma certa distorção dessas ciclovias e ciclofaixas porque elas estão muito extensas, na verdade, eu e o Leandro assistimos uma apresentação da proposta pelos diretores responsáveis pela empresa de transporte de Paris que é um conglomerado de empresas, tem cooperativa, tem setor público, parceria público-privada, é tudo integrado, Paris e região metropolitana de Paris. Ele explicou muito bem: a pessoa sai de sua casa, vai a pé até tal local e tem o transporte para ela; se a pessoa quer ir de bicicleta, ela vai de bicicleta até a estação de trem e lá ela não deixa a bicicleta ao relento, tem um bicicletário, um local decente para guardar a bicicleta e aí ele embarca em um modal e pode transferir para outro modal, tudo integrado. Esse é o projeto, essa é a essência, mas quem tem que regular isso? O estado.

Mas, como os empresários de ônibus financiam as campanhas políticas, eles impõem seus interesses. Fernando

Siqueira falou aqui sobre a refrigeração dos ônibus. Quando o Cesar Maia foi prefeito do Rio, os empresários de ônibus tiveram um acréscimo na tarifa, ou seja, ganharam um valor a mais na tarifa para em tantos anos climatizar todos os ônibus, mas até hoje os ônibus não estão climatizados. O interessante é entender que, quando você entra em um trem da SuperVia, quem financia aquele trem é o estado, quando você entra no metrô quem financia aquele trem bonito do metrô é o estado, quer dizer, a empresa só administra a roleta e recolhe os lucros, mas não investe. Agora, o Ministério Público nessa compra dos três chineses aqui no Rio obrigou a Opportunity e a SuperVia a investir 50% do valor nos ônibus. Quando você entra naquela barca bonita que tem agora, refrigerada e que transporta 2 mil pessoas e que foi encomendada na China – temos um outro problema, geramos emprego lá na China e não aqui, poderíamos ter feito tudo aqui no Brasil –, aquela barca bonita de dois andares que parece um transatlântico é financiada pelo governo do estado com os nossos recursos.

Uma outra coisa interessante: aqui no Rio, temos o bilhete único, ou seja, o estado subvenciona uma parte dos recursos da passagem, por exemplo, onde eu moro, Maricá, uma passagem para o Rio de Janeiro custa R\$18,00, mas eu pago simplesmente R\$6,50; o restante o estado paga. Esse direito à passagem subvencionada dá direito a mais um passe. Estou falando no caso intermunicipal: dá direito a mais uma passagem de metrô, ou de barca, ou de ônibus na cidade para onde você se deslocou. Então vamos adicionar mais R\$4,00/R\$3,70 chegaremos a R\$22,00. Só que, pasmem os senhores!, quem administra o bilhete único não é a Secretaria de Transporte do Estado, não é o RioCard, não é a prefeitura do Rio de Janeiro, mas sim os empresários de ônibus, e aí vocês já viram tudo. Para onde vai o dinheiro? Eu posso descer do ônibus intermunicipal no

centro do Rio e a empresa pode dizer que eu peguei o metrô até Copacabana; quem é que vai provar o contrário? E são milhões de reais que são desviados nessa maracutaia; é a mesma coisa que colocar o lobo tomando conta do galinheiro.

Então nós, enquanto Pátria Livre, temos que dominar em cada segmento (transporte, saúde, educação) como são as políticas públicas e como é que o povo tem que exercer o controle; e temos que propor a mudança da legislação, temos que fazer manifestação lá na Assembleia Legislativa. Saibam os senhores, o governo do estado até hoje não montou o fundo estadual de saúde que é uma obrigação, o seu Sergio Cabral, o Pezão, o seu Dorneles podem ser impeachmados porque isso é uma fraude.

Só um partido que sonhe em transformar essa situação vai dar conta dessa tarefa; primeiro tem que começar com as coisas principais.

Nós fizemos um projeto lá em Maricá, como o Fernando falou, e o nosso projeto previa o modal de ônibus; não temos condições de ter um trem lá porque é uma cidade com 140 mil habitantes, mas nós criamos uma linha de ônibus; então fizemos um projeto de criação de uma empresa de economia mista, porque o Estado não pode ir para a economia enquanto Estado; tem que ir como empresa, por isso que se cria empresa mista, de economia mista; e mais: lá nós não podíamos entrar no setor de transporte porque existiam duas empresas que tinham a concessão. Então o que eu fiz? Criei uma linha. Como essa concessão foi feita por um arranjo político há 10, 15 anos atrás, uma empresa roda na metade do município e a outra empresa roda na outra metade. Então eu criei uma linha circular de duplo sentido de ida e volta; essa linha não existia lá, era a nossa defesa jurídica; e criamos uma empresa de economia mista para não sermos acusados de concorrência desleal, porque o Estado quando vai para a economia tem um poder muito

maior que as empresas privadas, poder até de fiscalização, então é chamado concorrência desleal e está na constituição.

O que esse projeto previa? Passagem a R\$2,00 no primeiro ano, no segundo ano a R\$1,50 e no terceiro a R\$1,00. Não era gratuito, mas era um transporte decente: todos ônibus tinham ar-condicionado, rampa de acessibilidade, e iriam ter aviso sonoro de parada e aviso visual, inclusive sobre o lado em que se deveria descer; nossos ônibus iam ter tudo isso, ou seja, 100% acessíveis, sinal de internet gratuito com *wifi* dentro do ônibus.

Qual seria o grande xeque-mate que a gente ia dar nessas empresas que já estavam lá? Maricá, ao contrário do Rio, tem uma grande quantidade de transporte paga em dinheiro; então, as empresas sonegavam abertamente e sonegam até hoje porque o estado não fiscaliza a bilhetagem e os ônibus têm aquele validador em que você encosta o cartão; é um validador eletrônico, digital. E o que nós íamos fazer? Nós íamos obrigar aquelas empresas a abrir o sinal porque aquele instrumento serve para controlar o ônibus, onde o ônibus está, o horário que o motorista pegou, o horário que o cobrador pegou, quanto entrou em dinheiro, quanto foi de vale transporte. Só que quando o ônibus chega perto da garagem, 100 metros da garagem, aquele instrumento exporta essas informações, então nós íamos obrigar eles a liberar o sinal e íamos controlar toda a movimentação das empresas.

Tenho a análise de que nós fomos vendidos pelo prefeito; como gosta de dizer o Bira: “venderam a luta”. E como é que venderam a luta? O prefeito de Maricá, o Quaquá, também presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, gerou a seguinte estratégia: ponho o ônibus de graça, acabo com a empresa de economia mista, crio uma empresa pública e garanto a passagem de graça, ganho a eleição, as empresas de ônibus entram na justiça, a justiça dá o ganho de causa para os empresários

de ônibus (porque a prefeitura estaria praticando concorrência desleal), proíbe o ônibus e eu continuo com a minha bandeira de luta, e fico com o apoio dos empresários de ônibus. Foi isso que ocorreu e está assim até hoje. Os ônibus foram sucateados, não têm horário, não rodam, não tem controle de ninguém enquanto o povo sofre; está sem um transporte decente.

Na questão da bilhetagem, gostaria de fazer uma observação: esse cartão de transporte público ia servir para várias coisas. Lá em Maricá temos uma moeda social, um cartão tipo bolsa família, que hoje está distribuindo R\$85,00 e vai chegar a R\$100,00. Pois é, então o que nós íamos fazer? Íamos aproveitar esse cartão social porque esse cartãozinho magnético tem 32 funcionalidades ali dentro. O transporte que existe lá também é o transporte dos alunos que é um transporte gratuito e as empresas cobram do estado e do município esse transporte. Íamos dar um cartão para cada estudante, mas ele só ia conseguir validar a reposição do transporte dele se validasse na escola sua presença. Então o estado não tem essa função de dar 30 passagens por mês ida e volta, não é isso. Quando o estudante vai à escola, o cartão garante dois dias de passagem; volta à escola no dia seguinte e ganha mais um dia; quando falta, perde o transporte. Então controlaríamos a questão da frequência na escola. Quem lida com merenda e trabalha em escola sabe. Quantos alunos existem na escola para poder fazer a quantidade certa de merenda hoje? A gente ia saber exatamente a quantidade de alunos que tinha na escola já às 7h da manhã para as merendeiras produzirem exatamente a quantidade necessária.

Na área da saúde, o cidadão que chegasse ao posto de saúde passava o validador para mostrar que foi atendido naquele posto de saúde, que ele foi atendido na tal especialidade e levado tal ou qual medicamento da farmácia popular; aí

teríamos uma estatística de quais os problemas mais frequentes de saúde daquela população e daquela região. É a Zika? É a diarreia por falta de saneamento? É a desnutrição? E quando ele retirasse em uma farmácia a medicação, ou seja, quando o estado fornecesse a medicação, também ia ser nesse cartão que ia ser controlado. Então, nosso amigo lá em Maricá, presidente do Partido dos Trabalhadores do estado do Rio de Janeiro e prefeito de Maricá, vendeu essa luta...

Era isso que eu queria dar de contribuição aos companheiros. Essa foi minha experiência prática.

# Educação, Cultura, Juventude

*Maíra Campos*

Estudante de jornalismo, membro da  
Direção Nacional da Juventude Pátria livre

**E**sse é um debate que nós fazemos muito na juventude, nossa principal área de atuação, que são as garantias dos direitos de acesso e permanência na educação. Nós temos uma série de propostas e de coisas que a gente debate, e eu acho que são válidas para implementar nas campanhas municipais.

Desde o governo do Fernando Henrique e isso se continuou na gestão do Lula e da Dilma, foi o crescente uso do modelo de aprovação automática para a aprovação dos estudantes nas escolas nos ciclos básicos, e a gente precisa ser contra isso em qualquer município onde vamos disputar as eleições. Essa é uma luta a ser travada, para que as escolas não adotem o modelo de aprovação automática.

Dizem os que defendem o modelo de aprovação automática que tem relação com o modelo de progressão do Paulo Freire, mas isso é só fachada; o modelo completo na prática não é implementado em lugar nenhum do país, o método é usado apenas em parte como uma forma de se conseguir fazer

a rotatividade do estudante dentro da escola sem que ele fique lá para aprender, ou seja, aumenta o índice de jovem dentro da escola porque ele não é reprovado, ele não retém a vaga, o aluno está sempre mudando de série, está sempre entrando um monte de gente nova na escola, mas quando aquele aluno termina o ciclo não aprendeu nada, não sabe nada. O exemplo que nós temos em São Paulo é que os estudantes saem do terceiro ano mal sabendo escrever, ou seja, com um grau de defasagem no aprendizado muito elevado. Nós conseguimos superar essa barreira em São Paulo, e hoje, depois de muita luta dos estudantes e dos movimentos de educação sérios, não existe mais esse modelo de aprovação automática. É preciso acabar com ele em todos os municípios que ainda o adotam com prejuízos gravíssimos para os estudantes.

A ponte que eu faço disso com o debate que estamos tendo aqui é que, se a gente quer ter uma educação que tenha compromisso com a formação do ser e com a sua capacidade de se desenvolver enquanto ser humano, enquanto profissional, a gente não pode ter uma escola que não cumpre com a sua função. A outra coisa é que para a gente conseguir que a escola cumpra a sua função, além da escola ter que ensinar e ter lição de casa, ela tem de colocar o aluno para fazer exercício, porque matemática não se aprende por osmose, a questão da relação aluno e professor é fundamental.

Também tem grande importância a quantidade de aluno por sala, dou o exemplo de São Paulo porque é onde eu moro e conheço mais, mas eu estudei em um colégio público onde meu nome que começa com M era o número 47 da sala, ou seja, a turma tinha mais de 60 alunos, e os professores não conseguiam sequer saber o nome dos alunos, não sabiam o que eles faziam, quais são as dificuldades, e não tinham a

mínima condição de acompanhar o desenvolvimento intelectual de cada aluno de sua classe em relação a cada disciplina.

É defendido amplamente nos movimentos da educação que no ensino médio o número de alunos se limite a 30 por sala, no fundamental 20 e, no fundamental dois 25 alunos por sala.

Eu acho que em qualquer município do país onde se tenha candidatos do nosso partido a prefeito e vereadores é válido que se defenda que a gestão da educação seja feita dessa maneira, e não que se perpetue esse modelo maçante de ensino que deixa os jovens sem nenhum preparo, desamparados.

Outra questão é a das creches; também desde o governo do Fernando Henrique é usado o modelo de compra de vaga na creche privada, e não se constrói creches, ou seja, é uma creche que custa mais caro para prefeitura. Mas se levarmos em conta que a creche privada já está com sua estrutura física construída, então é claro, é mais caro você construir creche do que só comprar vaga, só que quando você constrói a creche é um investimento a longo prazo que avança no sentido de reduzir a demanda na medida em que se universaliza a cobertura e o atendimento das necessidades totais de cada município.

Na juventude, a gente também discute muito sobre esse modelo de compra de vaga ou desse sistema de parceria entre o público e o privado, de colocar uma empresa privada para gerir as creches. Isso acontece muito em São Paulo e país afora. A creche privada não tem compromisso nenhum com o ciclo pedagógico proposto nacionalmente, então a gente deixa de ter a educação desde a fase primária até o final continuada de forma igual nacionalmente, porque está lá comprando vaga.

O modelo que surgiu com o PT em São Paulo são os CEUs, que faz a escola integrada, ou seja, no espaço escolar os alunos têm aulas de teatro, música, dança, esporte, enfim, cidades de

grande porte possuem condições de financiar certos tipos de modelos de educação assim.

É uma proposta de ensino integral próxima da proposta dos CIEPS do Governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro. A gente precisa erguer essa bandeira do ensino integral. Precisamos erguer a bandeira de que a educação esteja vinculada com o esporte e a cultura, porque o Estado tem que se comprometer com aquela pessoa não só na sua formação acadêmica, mas também na formação dela enquanto indivíduo, para que ela tenha capacidade de escolhas e de autoconhecimento e para isso acontecer precisa ter conhecimento de diversas culturas e diversas formas de expressão. Como está dito no Manifesto à Nação aprovado pelo PPL, a identidade nacional é troca e síntese de diversas culturas em busca da inteligência coletiva e o fortalecimento da cultura nacional popular. Nesse sentido devemos zelar pelo cumprimento e respeito às leis nº 10.639 e nº 11.645 que determinam o ensino nas escolas da história afro-brasileira, africana e indígena.

Nos municípios maiores como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, que têm melhores condições próprias, há maior possibilidade das prefeituras construírem escolas em tempo integral como os CIEPS do Rio, os CEUs de SP. Essas escolas não foram construídas com o dinheiro federal, mas sim com o dinheiro da prefeitura. No caso do Rio, com recursos do governo estadual. E as prefeituras de menor porte têm mais dificuldades, mas elas precisam lutar para que o governo estadual e federal apoiem, pois tem toda essa questão do fundo de participação dos municípios que vem sendo reduzido com a crise, com o ajuste fiscal, e esse era o dinheiro que as prefeituras investiam nos orçamentos da secretaria de educação, ou seja, quando o fundo diminui o dinheiro que as prefeituras

têm para conseguir aplicar no desenvolvimento da cidade, o investimento em educação e saúde também diminui.

A luta não é fácil, mas temos que criar mecanismos para garantir isso, e aí, mesmo as prefeituras sendo menores, esse debate da escola que integre o indivíduo como um todo formando-o como cidadão não pode ficar de fora. Então, se sozinha a prefeitura não tem condição, tem que ter um prefeito com pulso forte e decisão política para mobilizar as forças da cidade, os vereadores, a câmara, as entidades de massas e entidades sociais e comunitárias de modo geral para conseguir brigar para que esses recursos sejam repassados para os municípios.

*(Ver a íntegra de todas as palestra e discussões em vídeo no sítio: [www.fundacaoclaudiodcampos.com.br](http://www.fundacaoclaudiodcampos.com.br))*

# Algumas Propostas

## 1. Desenvolvimento Nacional como base para o desenvolvimento local

---

Muitas das propostas para o desenvolvimento nacional dependem de política nacional e não de política municipal, mas os candidatos e futuros prefeitos, vice-prefeitos e vereadores devem assumir a dianteira dessas lutas em função das repercussões que essas questões nacionais têm na vida do município.

### Combate à crise e Novas eleições

Os Candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores devem mobilizar a população e apoiar e organizar a luta para a aprovação do Decreto Legislativo nº 16 do Senador Randolfe Rodrigues em tramitação no Senado Federal, visando a convocação de Plebiscito para a realização de novas eleições para Presidente da República e Vice-Presidente fazendo a coleta de assinaturas nas ruas e nas comunidades para garantir a sustentação popular para viabilizar a aprovação dessa proposta.

- ▶ Baixar drasticamente os juros e evitar a sangria dos recursos públicos para os bancos.

- ▶ Retomar o crescimento econômico com base no investimento público e expansão do mercado interno.
- ▶ Priorizar as empresas genuinamente nacionais privadas e estatais nos financiamentos especialmente do BNDES e nas compras e encomendas do Estado.
- ▶ Transformar o Pré-sal num grande fator de desenvolvimento econômico priorizando a Petrobrás na exploração e produção do petróleo e os fornecedores genuinamente nacionais de equipamentos e insumos para essas atividades. Multiplicar o número de refinarias. Expandir a indústria petroquímica.
- ▶ Deter a desnacionalização do setor elétrico. Fortalecer a Eletrobrás.
- ▶ Ampliar a infraestrutura – energia, estradas, ferrovias, portos e aeroportos principalmente através do setor público.
- ▶ Desenvolver a Ciência, a engenharia nacional e tecnologia de ponta vitais para nossa independência.
- ▶ Participação do Estado no fomento e principalmente na difusão das realizações dotadas de excelência e relevância para o desenvolvimento da cultura nacional.
- ▶ Nada mais importante nesse momento que evitar a fome; para isso as prefeituras devem organizar de forma emergencial as Frentes de Trabalhos para a realização de serviços emergenciais como o combate do mosquito aedes aegypti entre outras obras.
- ▶ As indústrias brasileiras estão com 40% de capacidade ociosa. É preciso que o governo invista na recuperação da

capacidade de produção dessas indústrias para garantir oferta de empregos mais rápida.

- ▶ Que as lideranças políticas municipais unam-se à luta das mulheres **pela aprovação do PLC 130/2011, já aprovada na Câmara e que tramita no Senado Federal**, que obriga os empregadores a cumprirem a lei do salário igual para trabalho igual para homens e mulheres que exercem as mesmas funções. Esta lei está na Constituição Federal e precisa ser cumprida.

## 2. Questões Municipais

---

### A – Desenvolvimento local

- ▶ Utilizar o poder de compra das Prefeituras para estimular produção local.
- ▶ Procurar organizar os produtores locais nas diversas áreas.
- ▶ Valorizar a produção da terra: procurar transformar, industrializar a produção local.

### B – Uso e ocupação do solo – moradia

- ▶ O Partido Pátria Livre tem a missão de levantar as demandas de toda a cidade, olhar de frente os problemas, buscar soluções inovadoras e corajosas para superar décadas de descaso, omissão, corrupção e conivência, colocar em prática um programa de governo que cuide das cidades com o

mesmo amor que temos por nossos filhos e com o respeito que temos pelos nossos antepassados, que nos deixaram de herança o espírito acolhedor e cosmopolita.

- ▶ Colocar a administração municipal como instrumento da cidade, do nosso povo, sem exclusão nem preconceito, com planejamento, inovação, criatividade e prioridade no interesse público e nacional. Defender nossa indústria, nosso comércio local, nossas empresas e os trabalhadores e empreendedores, colocar limites na voracidade dos especuladores e açambarcadores, defender o patrimônio público, o transporte, a educação, a saúde, a habitação, o saneamento e o meio ambiente, limpar nossos rios e nossa cidade, cuidar do nosso povo, modernizar os transportes, garantir uma escola que eduque e ensine, acabar com a aprovação e progressão automática, valorizar o serviço público e os servidores, reorganizar as carreiras e melhorar o serviço e atendimento à população, cuidar do patrimônio histórico e cultural, desenvolver nossa cidade com qualidade de vida, acessibilidade, mobilidade e inclusão social são tarefas que não descansaremos até ver cumpridas e resolvidas cada uma delas.
- ▶ Ordenar os espaços urbanos para aqueles que mais necessitam, já que os espaços atuais são em função dos mais ricos;
- ▶ Voltar-se para as áreas mais pobres e marginalizadas, com saneamento, drenagem, moradia;
- ▶ Apoiar as soluções das famílias, como o puxadinho, reformas e melhorias das moradias, com suporte para materiais e mão de obra;
- ▶ Não aceitar a divisão das cidades entre áreas ricas e áreas pobres;

- ▶ Não aceitar parte formal das cidades separadas da parte informal;
- ▶ Aproximar-se das áreas mais carentes para ajudá-las a se organizar para o exercício da cidadania;
- ▶ Rediscutir a política habitacional que modifique o programa “Minha casa, minha vida” que deve ter como meta acabar com o déficit habitacional atendendo especialmente as famílias de baixa renda em cada município.
- ▶ Organizar a luta para que as prefeituras e os governos estaduais instituíam um percentual de suas arrecadações para investimento em moradia popular através dos mutirões organizados pelas entidades da sociedade civil.
- ▶ Ampliar os programas de urbanização e saneamento das favelas definindo em lei municipal uma determinada quantia de recursos da prefeitura para obras de melhorias nas casas nas favelas e bairros pobres de acordo com a prioridade dos moradores, a exemplo do programa “Morar Melhor” realizado pela prefeitura e coordenada pela Vice-Prefeita de Salvador do PPL, Célia Sacramento, para que o “puxadinho” seja feito com acompanhamento de engenheiros da prefeitura e seja uma obra segura e barata que melhore as condições de habitação de acordo com as necessidades de cada família.
- ▶ Proibir os despejos das famílias (revogação da lei de denúncia vazia).
- ▶ Fiscalizar e controlar os aumentos dos alugueis.
- ▶ Impedir que terras ociosas sejam usadas a serviço da especulação imobiliária esperando melhorias feitas pelo poder

público para valorização em benefício do lucro dos proprietários. A terra improdutiva tem que ter imposto progressivo crescente na medida em que fica mais tempo ociosa. A Constituição de 1988 estabelece que a propriedade tem que ter uma função social.

- ▶ Moradia fechada não pode! Em SP 2 milhões de casas e apartamento estão fechados enquanto milhares de família não tem onde morar. A prefeitura tem que cuidar para que essas moradias atendam às necessidades das famílias que não têm onde morar.
- ▶ Governo deve estabelecer crédito para compra de imóvel usado apoiando a compra do primeiro imóvel para moradia.
- ▶ Prefeituras devem garantir o IPTU social, só paga quem tem uma determinada renda mínima, famílias carentes devem ficar isentas.

## C – Saúde

- ▶ Priorizar a atenção básica. Os postos de saúde têm que funcionar e atender as pessoas através do atendimento em duas portas: – as urgências e emergências e as doenças crônicas
- ▶ Lutar para que os recursos do SUS não sejam desviados. Priorizar os investimentos em saúde pública de qualidade.
- ▶ As políticas de saúde devem concentrar-se em quatro linhas: combate à desigualdade e à pobreza; desenvolvimento de tecnologia na produção de remédios e equipamentos e o controle dessas tecnologias para preservar seu conteúdo nacional; produção estatal dos medicamentos e equipamentos; controle social das diversas unidades de saúde,

através de conselhos comunitários, a nível dos municípios e dos bairros.

- ▶ Combater a desvinculação das verbas de saúde dos orçamentos.
- ▶ Combater as Organizações Sociais – OSs e a privatização da saúde.
- ▶ Criar Fundação Municipal de Saúde para a gestão dos serviços, a contratação de médicos, pessoal etc. e fiscalizar e suprimir as OSs (instituições privadas) e a terceirização dos serviços.
- ▶ Não pode faltar vacinas – ampliar a cobertura
- ▶ Ampliar o oferecimento gratuito de remédios para todas as necessidades nos postos de saúde e farmácias populares.
- ▶ Ampliar a cobertura de exames laboratoriais.
- ▶ Orientar as ações de saúde com vistas a servir ao usuário.
- ▶ Criar ouvidoria na área para possibilitar pressão dos usuários.
- ▶ Ampliar o programa “Médico de Família”.
- ▶ Ampliar o programa de agentes comunitários de saúde.
- ▶ Lutar com a força das prefeituras, dos vereadores e das câmaras municipais para acabar com a Agência de Saúde Suplementar e subordinar os planos privados de saúde ao Ministério da Saúde.
- ▶ Implantar serviços odontológicos nas unidades básicas e plantões de Emergência Odontológica nos Prontos Socorros da Prefeitura.

- ▶ Valorizar os servidores públicos da saúde através de aumento salarial, investimento nos planos de carreira, formação continuada e realização de concursos públicos.

## D – Educação

- ▶ Priorizar a educação em tempo integral a exemplo dos CIEPs construídos no Rio de Janeiro pelo Governado Leonel Brizola.
- ▶ Priorizar o ônibus escolar gratuito para garantir a frequência das crianças nas escolas.
- ▶ Uma Nova Escola, fim da aprovação automática, um professor para cada 30 alunos com um terço das horas para correção dos trabalhos de classe e lição de casa, aprendizado do aluno através da prática diária da teoria, escolas equipadas, laboratórios, quadras esportivas, material didático de qualidade.
- ▶ Incluir a Educação Ambiental e o Teatro no currículo escolar, desenvolvendo o conhecimento artístico através da música, verbalização, expressão corporal, dança, artes plásticas, entre outros.
- ▶ Garantir a prática da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras.
- ▶ Estabelecer cotas de 30% para acesso aos afrodescendentes.
- ▶ Garantir o ensino da Educação Musical de qualidade através de professores qualificados, locais e instrumentos apropriados nas escolas.

- ▶ Incentivar e desenvolver atividades de artes, danças e cultura que mostrem a riqueza cultural nacional, como a capoeira, o samba, etc.
- ▶ Promover e realizar campanhas preventivas sobre os principais problemas da juventude, como as drogas, educação sexual e prevenção da gravidez na adolescência, o combate a violência, etc.
- ▶ Equipar e adequar todas as escolas municipais com espaços e equipamentos que propiciem o aprendizado e o desenvolvimento pleno da capacidade dos alunos
- ▶ Quadras poli esportivas em todas as escolas.
- ▶ Auditórios que comportem no mínimo 20% do total de alunos da escola, propiciando a prática das Artes Cênicas com estrutura adequada e professores responsáveis para o ensino.
- ▶ Aumentar o policiamento nas escolas e no seu entorno.
- ▶ Incentivar o exercício da democracia nas escolas através do apoio e estímulo da Secretaria de Educação aos Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres.
- ▶ Disponibilizar em todas as escolas materiais e recursos pedagógicos de auxílio para os educadores prepararem e administrarem as aulas.
- ▶ Valorizar os profissionais de educação com melhores salários.
- ▶ Realizar e promover treinamento, cursos, atualizações e seminários para a formação contínua dos professores.

- ▶ Oferecer atualização obrigatória e anual para os professores já que a educação é um processo dinâmico e que, portanto, apresenta modificações e informações frequentes. Por isso, o educador precisa constantemente se atualizar, acompanhando as evoluções e inovações, tanto no campo pedagógico, como em todas as demais áreas.
- ▶ Realizar concurso público para professores com o fim do eventual e do temporário e aumentar o quadro para atender a demanda de novas salas de aula.
- ▶ Valorizar a autonomia e autoridade do professor, dando condições para que ele dê aulas de qualidade.
- ▶ Ampliar os equipamentos de educação infantil, com a criação dos Jardins da Infância. Eles atenderão a demanda de crianças de 0 a 6 anos, com equipamentos de qualidade. (creches)
- ▶ Limite de alunos por sala de aula. Nos jardins de infância, para crianças de 0 a 3, no máximo 8 crianças por atendente. Caso as crianças tenham mais de 3 e até 6 anos, as salas dos jardins de infância deverão ter 25 crianças para cada professor.

## E– Transporte

- ▶ Priorizar transporte de massa sobre trilhos – metrô, trens e aquaviários onde houver possibilidades.
- ▶ Criar empresa de ônibus municipal para servir às áreas não atendidas pelos ônibus particulares e possibilitar controle das tarifas municipais.

- ▶ Instituir Conselho Tarifário Municipal.
- ▶ Fazer cumprir as exigências para acesso aos portadores de deficiência e avançar nas ações afirmativas.
- ▶ Nas grandes cidades lutar para a ampliação do metrô usando a força da prefeitura, a liderança dos prefeitos e vereadores e as câmaras municipais para batalhar junto aos governos dos Estados e governo Federal para viabilizar os recursos necessários.
- ▶ Nas cidades pequenas e médias, melhorar o transporte de ônibus criando empresas públicas municipais que organizem e fiscalizem a ampliação desse serviço público.
- ▶ Subsidiar as passagens de ônibus para a população instituindo o passe livre.
- ▶ O Bilhete Único e o passe livre deverão ser personalizados, com chip, e conterá o número SUS e o CPF entre outros dados do usuário.
- ▶ Retomar os investimentos no transporte ferroviário para melhorar os serviços de trens interligando-os com metrôs e ônibus.
- ▶ Nas cidades onde for conveniente investir e ampliar o transporte hidroviário.
- ▶ Garantir a acessibilidade em todos os transportes públicos.
- ▶ Reforma e adequação para acessibilidade das calçadas e passeios públicos.
- ▶ Criar ouvidoria na área para possibilitar pressão dos usuários.

## F – Participação popular

- ▶ Fazer dos comitês de campanha centros de organização irradiadores da luta para apoiar o plebiscito através da coleta de assinaturas em cada bairro e nos centros das cidades. Cabe aos dirigentes e organismos partidários sensibilizar e mobilizar os movimentos sociais e as entidades de massas de cada município, de cada bairro para que apoiem e integrem o esforço coletivo de coleta de assinaturas em apoio ao plebiscito pelas eleições presidenciais.
- ▶ Estimular a participação popular nos Conselhos Municipais de Saúde, Educação, orçamento, segurança pública, Mulher, Juventude, Negros, Conselhos Tutelares, entre outros, em todas as prefeituras através da participação das entidades comunitárias e representativas dos diversos seguimentos sociais da população dos municípios.
- ▶ O momento eleitoral é uma ótima oportunidade para a organização e estímulo às lutas e às mobilizações das comunidades e associações de moradores, das entidades de Mulheres como associações femininas e clubes de mães, associações culturais, assim como sindicatos, clubes de logistas, etc., por suas principais e mais sentidas reivindicações, permitindo que se dinamizem essas organizações populares da sociedade, que elas acumulem experiência e conquistem seus direitos e reivindicações. Nossos candidatos a prefeitos e vereadores devem estimular, apoiar e participar dessas lutas contribuindo para o fortalecimento da representação popular em cada município e para a ampliação da inserção social dessas entidades nas bases dos municípios assim como em suas campanhas elevando o nível de

consciência e participação do povo em cada seguimento, contribuindo para o avanço do grau de organização do povo.

- ▶ Assim como a Prefeitura é autônoma e não está subordinada à Câmara, a Câmara e os vereadores são autônomos e não estão subordinados aos prefeitos.
- ▶ Também são autônomas e independentes as entidades de massas de representação popular que como parte da sociedade civil não estão subordinadas a prefeitos, vereadores ou qualquer político ou órgãos de governo.

## Anexo I

# Prestação de contas das campanhas

O Tribunal Superior Eleitoral através da Secretaria de Projetos Especiais e da Coordenadoria de Legislação e Publicação publicou a

**Resolução nº 23.463, de 15 de dezembro de 2015**

Que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016 que deve ser consultada permanentemente no processo de prestações de contas dos candidatos. Consulte o sítio do TSE. [www.tse.jus.br/](http://www.tse.jus.br/)

## Anexo II

# Campanha nas Redes Sociais

Consultar material produzido pela equipe do deputado estadual Marcio Pacheco (PPL-PR), que traz dicas e propostas de como utilizar as mídias sociais durante a pré-campanha e durante o período oficial da campanha eleitoral. O material foi elaborado por Michelly Schon e oferecido e disponibilizado pelo PPL-PR.

O documento está disponível no site da Fundação Instituto Claudio Campos: [www.fundacaoclaudiocampos.com.br](http://www.fundacaoclaudiocampos.com.br)

## Anexo III

# Documentos importantes que os candidatos devem ter em mãos

- 1 – Constituição Federal
- 2 – Constituição de seu Estado
- 3 – Lei Orgânica de seu Município
- 4 – Plano Diretor de seu Município
- 5 – Código de Obras
- 6 – Código Ambiental
- 7 – Código Tributário
- 8 – Código de posturas
- 9 – Plano Plurianual (PPA) em vigor
- 10 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor
- 11 – Lei Orçamentária Anual (LOA) em vigor
- 12 – Lei de cargos e salários do Executivo e do Legislativo
- 13 – Organograma da Prefeitura e da Câmara
- 14 – Lei de Responsabilidade Fiscal
- 15 – Lei de Licitações
- 16 – Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2.001)
- 17 – Lei Federal 4.320 que trata do sistema orçamentário
- 18 – Lei de uso, parcelamento e ocupação do solo
- 19 – Mapa do Município, da região e do Estado
- 20 – Legislação básica do SUS

- 21 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do FUNDEF
- 22 – Lei Orgânica da Assistência Social
- 23 – Estatuto da Criança e do Adolescente
- 24 – Estatuto do Idoso
- 25 – Dados do IBGE sobre o censo do seu município
- 26 – Diário Oficial do Município
- 27 – Regimento Interno da Câmara.

## As campanhas eleitorais e a democracia

A lei em vigor aprovada pelos grandes partidos no Congresso visando favorecer as campanhas “dos grandes” e “dos que têm dinheiro” para manter os partidos maiores no poder e dificultar as campanhas dos pequenos e médios partidos, funciona como fator inibidor das campanhas eleitorais e da própria democracia. Na medida em que tudo o que um candidato pobre pode fazer fica proibido, restam os métodos de campanha mais custosos que só os mais ricos podem usar, as campanhas eleitorais tornam-se muito caras e os candidatos pobres têm quase nenhuma chance de se eleger. É urgente uma reforma eleitoral que estabeleça a igualdade de direitos e deveres entre os diferentes partidos além de outras mudanças. É preciso haver igualdade de oportunidades na disputa eleitoral.

Enquanto isso não ocorre é preciso cumprir os preceitos da legislação em vigor que de acordo com um resumo elaborado pelo Ministério público determina o que é permitido ou não durante a campanha eleitoral e no dia da eleição como segue abaixo:

### O que é proibido ou permitido nas Eleições?

---

#### É permitido no dia da eleição:

- ▶ Realizar manifestação individual e silenciosa da preferência política do cidadão, desde que não haja aglomeração. Nesse

contexto, permite-se o uso de peças de vestuário, acessórios (bonés, fitas, broches, bandanas), bem como o porte de bandeira ou de flâmula, ou afixação de adesivos em veículos ou objetos de propriedade do eleitor

### **É proibido:**

- ▶ Doar, oferecer, prometer ou entregar qualquer bem ou vantagem pessoal, inclusive emprego ou função pública, com o objetivo de conseguir voto.
- ▶ Usar materiais ou imóveis pertencentes à União, estados, Distrito Federal, territórios ou municípios para beneficiar campanha de candidato ou partido (exceções: realização de convenção partidária, utilização de carro oficial pelo presidente da República – com ressarcimento posterior pelo partido/coligação, utilização de residências oficiais para atos não-públicos).
- ▶ Usar materiais ou serviços, custeados pelo governo, que não sejam para finalidade prevista nas normas dos órgãos a que pertençam.
- ▶ Utilizar servidor ou empregado do governo, de qualquer esfera, para trabalhar em comitês de campanha durante o expediente, exceto se o funcionário estiver licenciado.
- ▶ Fazer propaganda para candidato com distribuição gratuita de bens ou serviços custeados pelo poder público.
- ▶ Gastar, em ano eleitoral, em publicidade de órgãos públicos, mais do que a média dos anos anteriores ou mais do que o total do ano anterior.

- ▶ Dar, em ano eleitoral, aumento geral para os servidores públicos além do que for considerado perda do poder aquisitivo naquele ano.
- ▶ Na publicidade governamental, ter nomes, fotos ou símbolos de promoção pessoal de autoridade ou servidor público.

### **É proibido na propaganda eleitoral:**

- ▶ Usar símbolos semelhantes aos governamentais.
- ▶ Divulgar mentiras sobre candidatos ou partidos para influenciar o eleitor.
- ▶ Ofender outra pessoa durante a propaganda eleitoral, exceto se for após provocação ou em resposta à ofensa imediatamente anterior.
- ▶ Agredir fisicamente qualquer concorrente.
- ▶ Alterar, danificar ou impedir propagandas realizadas dentro da lei.
- ▶ Utilizar organização comercial, prêmios e sorteios para propaganda.
- ▶ Fazer propaganda em língua estrangeira.
- ▶ Participar de atividades partidárias quem não estiver com seus direitos políticos liberados.
- ▶ Vender produtos ou serviços no horário de propaganda eleitoral.
- ▶ Utilizar em propaganda criação intelectual sem a autorização do autor.

- ▶ Usar, em propaganda eleitoral, simulador de urna eletrônica.
- ▶ Realizar showmício.
- ▶ Divulgar propaganda eleitoral em outdoors.
- ▶ Distribuir camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

### **É proibido, nos três meses anteriores à eleição:**

- ▶ Repassar dinheiro da União para os estados e municípios, ou dinheiro dos estados para os municípios, exceto se for para cumprir compromissos financeiros já agendados ou situações emergenciais.
- ▶ Fazer publicidade de serviços e órgãos públicos que não tenham concorrência no mercado, exceto em caso de grave necessidade pública, com autorização da Justiça Eleitoral.
- ▶ Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo em situações de emergência ou específicas de governo, com autorização da Justiça Eleitoral.
- ▶ Contratar shows em inaugurações de obras com verba pública.
- ▶ Participar de inaugurações de obras públicas (candidatos ao poder Executivo).

### **É crime no dia da eleição:**

- ▶ Usar alto-falantes e amplificadores de som.

- ▶ Realizar comício ou carreata.
- ▶ Distribuir material de propaganda política (panfletos, etc) fora da sede do partido ou comitê político.
- ▶ A utilização, pelos funcionários da Justiça Eleitoral, mesários ou escrutinadores, de qualquer elemento de propaganda eleitoral, tais como bonés, camisetas, broches, etc. Os fiscais podem apenas usar a sigla ou nome do partido na roupa.

### **Outras regras:**

- ▶ A propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), bem como recursos de legenda.
- ▶ Os canais de rádio e televisão comunitários, VHF, UHF, do Senado, da Câmara, das assembleias legislativas ou câmaras municipais retransmitirão o horário eleitoral gratuito. Os canais de assinatura que não estiverem sujeitos a essa regra não poderão transmitir nenhuma outra propaganda eleitoral, salvo debates autorizados.
- ▶ Os candidatos poderão ter página na internet com a terminação “.can.br”.
- ▶ Em páginas de provedores de serviços de acesso à internet, não será admitido nenhum tipo de propaganda eleitoral, em qualquer período.
- ▶ Não é propaganda eleitoral o uso e a divulgação regulares do nome comercial de empresa, ou grupo de empresas, no qual se inclui o nome pessoal de seu dono, ou presidente, desde que feitos habitualmente e não apenas no período que antecede às eleições.

**Observação:** este texto foi elaborado com o objeto de facilitar a compreensão. Não tem valor legal. Procuradoria Geral Eleitoral – SAF Sul, Quadra 07, Lotes 1/2, Sala V527 – Tribunal Superior Eleitoral – Brasília-DF – CEP. 70070-600 – Tel: (61) 3030 7789 – Skype: (61) 3030 7789

## Anexo V

# Plebiscito Já! Novas Eleições

Abaixo, o modelo de Abaixo assinado para coleta de assinaturas em apoio ao Plebiscito para eleições já

### Plebiscito Já! Novas Eleições

Nós abaixo assinados consideramos que para vencer a crise que açoitou o país é fundamental e urgente a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 16, em tramitação no Senado Federal, apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues, com o apoio de 26 senadores de diversos partidos, visando a convocação de plebiscito para a realização de nova eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, cujo texto é o seguinte:

### **Projeto de Decreto Legislativo 16, de 2016**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Fica convocado plebiscito nos termos do artigo 49 inciso XV da Constituição Federal e do art. 1º, parágrafo 2º, da lei 9.709 de 18 de novembro de 1998, a ser realizado em data fixada pela Justiça Eleitoral, com a finalidade de consultar o eleitorado sobre a realização de nova eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.



**Partido Pátria Livre**  
**Fundação Instituto Claudio Campos**

**em Brasília:**

SCS Quadra 01 – Bloco L 1017 – 11º andar

Edifício Márcia

CEP. 70.307-900 – Brasília – DF

Fone: 61-3225-1396

**Em São Paulo:**

Rua Augusto de Toledo, 140

CEP. 01542-020 – Aclimação – São Paulo – SP

Fones: 11-39387103 – 11-39387204 – cel. 11-969269827.

[fundacao@fundacaoclaudiocampos.com.br](mailto:fundacao@fundacaoclaudiocampos.com.br)

[www.fundacaoclaudiocampos.com.br](http://www.fundacaoclaudiocampos.com.br)

[www.partidopatrilivre.org.br](http://www.partidopatrilivre.org.br)



**Partido Pátria Livre**

**I SEMINÁRIO NACIONAL  
DE FORMAÇÃO POLÍTICA**

**Eleições Municipais 2016**

Fundação Instituto Claudio Campos